UNIVERSO DE AUDITORIA

METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO ANUAL BASEADO EM RISCO

INEP

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | **MEC**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA | **INEP**

UNIVERSO DE AUDITORIA

METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO ANUAL BASEADO EM RISCO

Brasília-DF
Inep/MEC
2024

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

PRESIDÊNCIA DO INEP

EQUIPE TÉCNICA

Anderson Soares Furtado Oliveira
Cleuber Moreira Fernandes
Cristina Lopes Ribeiro Escórcio
Johanes Severo dos Santos
José Valdo de Oliveira Junior
Katharine Mota de A. Bonfim
Lenice Medeiros
Luiz Claudio Senna Costa
Rafaela Rodrigues Marques
Thais Cristine Sousa da Silva

DIRETORIA DE ESTUDOS EDUCACIONAIS (DIRED)

COORDENAÇÃO-GERAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES (CGEP)
Priscila Pereira Santos

DIVISÃO DE PERIÓDICOS (DPE)
Roshni Mariana de Mateus

DIVISÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL (DPR)
Ricardo Cézar Blezer

APOIO EDITORIAL
Janaína da Costa Santos

REVISÃO LINGUÍSTICA
Lilian Charlene Saraiva Antunes

NORMALIZAÇÃO
Aline Ferreira de Souza

PROJETO GRÁFICO CAPA/MIOLO
Marcos Hartwich/Raphael C. Freitas

DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL
José Miguel dos Santos

REVISÃO GRÁFICA
Érika Janaína de Oliveira Saraiva

Publicada *on-line* em novembro de 2024.

DISTRIBUIÇÃO
Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 04 - Lote 327, Térreo, Ala B
CEP 70.610-908 – Brasília-DF – Brasil
Fones: (61) 2022-3070
dired.publicacoes@inep.gov.br - http://publicacoes.inep.gov.br

A exatidão das informações e os conceitos e opiniões emitidos são de exclusiva responsabilidade dos autores.

ESTA PUBLICAÇÃO NÃO PODE SER VENDIDA. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Universo de Auditoria : metodologia de planejamento anual baseado em risco [recurso eletrônico]. / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. – Brasília, DF : Inep, 2024.
52 p.: il.

ISBN 978-65-5801-080-7

1. Auditoria interna. 2. Metodologia de priorização. 3. Objeto de auditoria. I. Título.

CDU 351.9

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Estrutura organizacional do Inep 7

Figura 2 Etapas do planejamento de definição e priorização dos objetos de Auditoria da Audin/Inep 9

Figura 3 Conceituação dos níveis de objetos de Auditoria 11

Figura 4 Etapas priorização dos objetos de Auditoria 11

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Estrutura e pesos dos critérios e fatores de avaliação 14

Quadro 2 Mapeamento formal do processo 15

Quadro 3 Normativos, manuais e procedimentos operacionais 15

Quadro 4 Identificação e mensuração dos riscos processuais 16

Quadro 5 Identificação e mensuração dos riscos processuais 17

Quadro 6 Monitoramento e reporte de eventuais falhas à alta gestão 19

Quadro 7 Quantitativo de servidores 19

Quadro 8 Treinamento de servidores de forma regular 20

Quadro 9 Quantitativo de denúncias e informações via sistema de gestão Solicito 21

Quadro 10 Risco de imagem relacionado ao processo 22

Quadro 11 Lapso entre realização de auditorias 23

Quadro 12 Informações gerenciais 23

SUMÁRIO

ESTA PUBLICAÇÃO POSSUI SUMÁRIO INTERATIVO
PARA RETORNAR AO SUMÁRIO, CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA EM CADA SEÇÃO

INTRODUÇÃO 5

1 ENTENDIMENTO DO CONTEXTO DO INEP 7
1.1 Estrutura organizacional 7
1.2 Planejamento organizacional 8

2 MAPEAMENTO DO UNIVERSO DE AUDITORIA 9
2.1 Metodologia de identificação dos objetos de auditoria 10
2.2 Metodologia de priorização do Universo de Auditoria 13
2.2.1 Objetos de auditoria de nível 1 (estratégicos) 14
2.2.2 Objetos de auditoria de nível 2 (táticos) 19
2.2.3 Formação do Índice de Significância do Objeto (ISO) 24
2.2.4 Classificação e seleção dos objetos de auditoria 24

CONSIDERAÇÕES FINAIS 26

REFERÊNCIAS 27

APÊNDICE 29
Apêndice A 30
Apêndice B 39
Apêndice C 44

INTRODUÇÃO

A Unidade de Auditoria Interna do Inep (Audin) é um órgão seccional do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, com atribuições, competências e responsabilidades previstas no seu Estatuto, aprovado pela Portaria Inep nº 109/2023. Sua atuação é pautada na avaliação da eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos, com vistas a agregar valor à gestão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), contribuindo com o alcance de seus objetivos.

Nessa perspectiva, a atividade de planejamento de auditoria baseado em riscos é crucial para ampliar a efetividade e qualidade dos trabalhos da Unidade. O *Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal* (MOT) elenca os papéis do planejamento, destaca a natureza dinâmica e contínua do processo, além da importância de ser consonante ao planejamento estratégico para atender as expectativas da alta administração (Brasil. CGU, 2017c). O MOT define, ainda, que o Plano de Auditoria Interna (Paint) representa o documento de planejamento, no qual se identificam os trabalhos a serem realizados prioritariamente pela unidade de auditoria em um determinado período, geralmente um ano.

Antecedendo a elaboração do Plano, é necessário o estabelecimento do universo de auditoria, definido no MOT como o conjunto de objetos passíveis de serem priorizados para a elaboração do Plano de Auditoria Interna, ou seja, dos objetos sobre os quais a Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) atuará, por meio de serviços de avaliação e/ou consultoria. Importa ressaltar que tal conjunto de objetos deve guardar relação com os processos organizacionais, em função da perenidade, ainda que relativa, e da relação direta com os riscos e controles implementados pela organização.

Em 2022, a Audin realizou levantamento dos objetos que compõem o universo de auditoria, a partir de informações disponíveis no *Planejamento Estratégico Institucional: 2020-2023* (Brasil. Inep, 2022a), no sítio do Inep e no *Relatório de Gestão – 2021* (Brasil. Inep, 2022b). Na ocasião, foi também desenvolvida e aplicada a metodologia de priorização dos objetos auditáveis.

Em face do compromisso da Audin com a melhoria contínua da qualidade de seus processos internos de trabalho e de sua atuação, o objetivo deste documento é apresentar o curso de ações que resultaram na elaboração da nova versão do universo de auditoria da unidade para o período de 2024-2027.

Assim, este trabalho apresenta um breve resumo da metodologia empregada na seleção e priorização dos objetos do universo de auditoria apresentado em 2022, bem como os normativos e modelos que alicerçam e justificam a metodologia apresentada nesta revisão.

1 ENTENDIMENTO DO CONTEXTO DO INEP

1.1 Estrutura organizacional

A estrutura organizacional do Inep está disposta em órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente; órgãos seccionais; órgãos específicos singulares; e conselho consultivo.

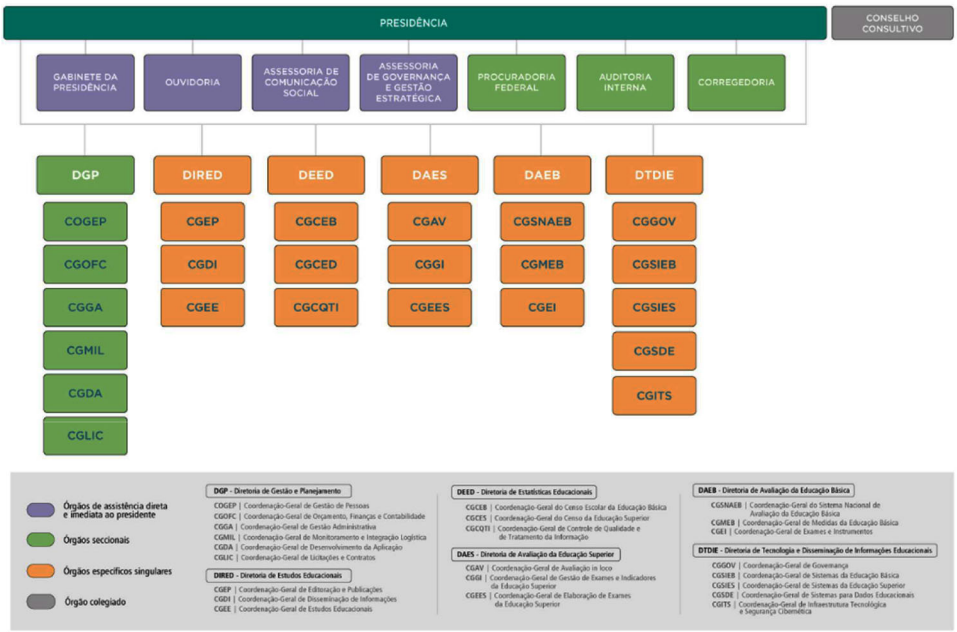

FIGURA 1

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO INEP

Fonte: Brasil. Inep (2023a).

As competências e atribuições de cada unidade estão disponíveis na Estrutura Regimental (Decreto nº 11.204/2022) e no Regimento Interno do Inep (Portaria nº 986/2017).

1.2 Planejamento organizacional

O processo de Planejamento Estratégico Institucional do Inep (PEI/Inep) para o ciclo 2024-2027 está em andamento[1], de modo que as informações disponíveis sobre os referenciais estratégicos e a cadeia de valor do Instituto são referentes ao PEI do ciclo 2020-2023. Ressalta-se que não há indicativos de que haverá alteração desses referenciais no PEI em elaboração.

Os referenciais estratégicos são formados por três elementos fundamentais: missão, valores e visão de futuro, apresentados no título de referenciais estratégicos do PEI/Inep, transcritos a seguir:

Missão: produzir conhecimento científico e informações oficiais para o aprimoramento das políticas públicas educacionais, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do País.

Visão: ser reconhecida nacional e internacionalmente como instituição estratégica do Estado brasileiro, inovadora e produtora de conhecimento especializado sobre a realidade educacional do País.

Valores: transparência, credibilidade, confiabilidade, valorização das pessoas, ética, excelência e inovação.

A cadeia de valor é o fluxo de atividades dos principais macroprocessos da organização, estruturando e comunicando interna e externamente o que e como pretende agregar valor para seus beneficiários, e está organizada segundo os macroprocessos do Instituto em três perspectivas, de acordo com o PEI do ciclo 2020-2023 (Brasil. Inep, 2022a, p. 14):

Processos de governança: relacionados ao gerenciamento da organização, que visam promover as atividades necessárias à consecução dos seus objetivos.

Processos finalísticos: relacionados à produção e/ou à entrega dos bens e serviços finais ofertados pela organização.

Processos de suporte: relacionados às atividades que dão sustentação aos processos finalísticos e de governança.

Quanto aos objetivos e projetos estratégicos, há alterações previstas no PEI 2024-2027 em elaboração. Entretanto, as atualizações desses quesitos no documento não influenciam o universo de auditoria apresentado nesta versão, tendo em vista que a proposta leva em consideração as linhas de atuação do Inep, assim como os macroprocessos da cadeia de valor do PEI 2020-2023. Ou seja, mesmo que haja mudanças significativas, não será preciso alterar o entendimento deste documento.

[1] Processo de elaboração do Planejamento Estratégico Institucional (ciclo 2024-2027). Disponível em: <https://sei.inep.gov.br/sei/controlador.php?acao=procedimento_trabalhar&id_procedimento=1332701>. Acesso em: 1º ago. 2024.

2 MAPEAMENTO DO UNIVERSO DE AUDITORIA

O Inep desempenha um papel fundamental na avaliação e no desenvolvimento da educação brasileira. Assim, o presente mapeamento visa identificar os principais objetos estratégicos e táticos que nortearão as ações da Auditoria Interna do Inep para os próximos anos (2024-2027). Para tanto, foi realizada uma análise minuciosa sobre as iniciativas descritas no *Relatório Anual de Atividades e Gestão do Inep – 2023* (Brasil. Inep, 2023a) para definição e priorização dos objetos de auditoria, a fim de auxiliar o desenvolvimento do Plano Anual de Auditoria Interna (Paint), como exposto na Figura 2:

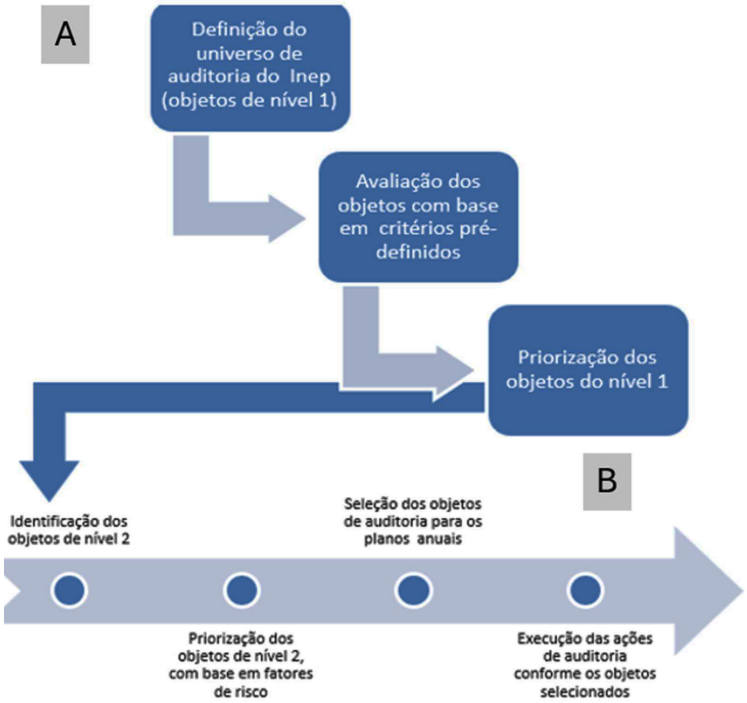

FIGURA 2

ETAPAS DO PLANEJAMENTO DE DEFINIÇÃO E PRIORIZAÇÃO DOS OBJETOS DE AUDITORIA DA AUDIN/INEP

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil. CGU (2023).
Nota: (A) planejamento de médio prazo (2024-2027); (B) planejamento anual de auditoria interna (Paint).

A seleção das iniciativas mencionadas no *Relatório Anual de Atividades e Gestão do Inep – 2023* considerou, além de sua pertinência enquanto objeto sujeito a ações de auditoria, sua relação com programas, projetos, atividades, ações e subações elencados no orçamento de 20232.

No contexto do estudo, a identificação dos objetos de nível 2 (táticos) foi realizada a partir da análise dos macroprocessos da cadeia de valor presente no PEI 2020-2023, a exemplo do que foi adotado no mapeamento do Universo de Auditoria realizado em 2022. Contudo, para a definição dos objetos de nível 2, procedeu-se uma agregação dos macroprocessos para fins didáticos, associando temas conexos.

A metodologia utilizada para identificação dos objetos do universo de auditoria está detalhadamente descrita nos tópicos subsequentes.

2.1 Metodologia de identificação dos objetos de auditoria

O universo de auditoria representa o conjunto de todos os elementos da organização que são passíveis de avaliação ou consultoria pela unidade de auditoria interna. Tal conjunto pode ser constituído por unidades de negócios, linhas de produtos ou serviços, processos administrativos, programas, sistemas, controles, operações, contas, divisões, funções, procedimentos, políticas, ou qualquer fator que represente risco ao alcance dos objetivos estratégicos. A definição do universo é um importante requisito que antecede a elaboração do Plano de Auditoria Interna (Paint), documento que registra as atividades que a unidade pretende desenvolver em um determinado período, concentrando seus esforços sobre os objetos com maior exposição a riscos que possam afetar o alcance dos objetivos. Para construir o mapeamento, é necessário um amplo conhecimento dos objetivos da organização e dos seus principais processos.

Os objetos podem variar bastante entre as unidades de auditoria interna, razão pela qual cabe a cada uma avaliar a melhor forma de definir os objetos integrantes do seu universo e do seu plano de auditoria.

A metodologia adotada pela Secretaria de Controle Interno do Superior Tribunal de Justiça (Brasil. STJ, 2019, p. 7), por exemplo, embasa a identificação dos objetos de auditoria em duas diretrizes:

- Partir do maior para o menor elemento: identificar primeiro as macroestruturas, macroprocessos e macrodesafios das áreas de atuação de cada coordenadoria;
- Detalhar cada elemento em, no mínimo, mais três camadas: desmembrar o elemento até chegar a uma granularidade ideal para realização de uma ação de fiscalização específica.

A Audin/Inep se baseou nessas mesmas diretrizes para realizar o mapeamento do universo de auditoria em 2022, orientando-se, no primeiro momento, pela identificação das macroestruturas, macroprocessos das áreas de atuação do Inep. Em fase posterior, os elementos foram desmembrados em processos de trabalho, organizados pelo tipo de cadeia: finalística, de governança e de suporte. As informações foram coletadas a partir de consultas ao documento do Planejamento Estratégico Institucional, ao sítio eletrônico do Inep e ao Relatório de Gestão referente ao ano de 2021. O levantamento resultou no universo de auditoria contendo 80 objetos e embasou a elaboração e execução dos Planos de Auditoria referentes aos anos de 2023 e 2024.

Nesta nova orientação, o planejamento das atividades de auditoria busca simplificar o processo por meio de objetos de auditoria estratégicos ou de nível 1 e objetos táticos ou de nível 2, os quais representam os objetos sujeitos a ações de auditoria, ou seja, aqueles que serão considerados no planejamento anual dos trabalhos de auditoria. A Figura 3 apresenta um resumo dos objetos propostos.

[2] Disponível em Brasil. Inep (2022c).

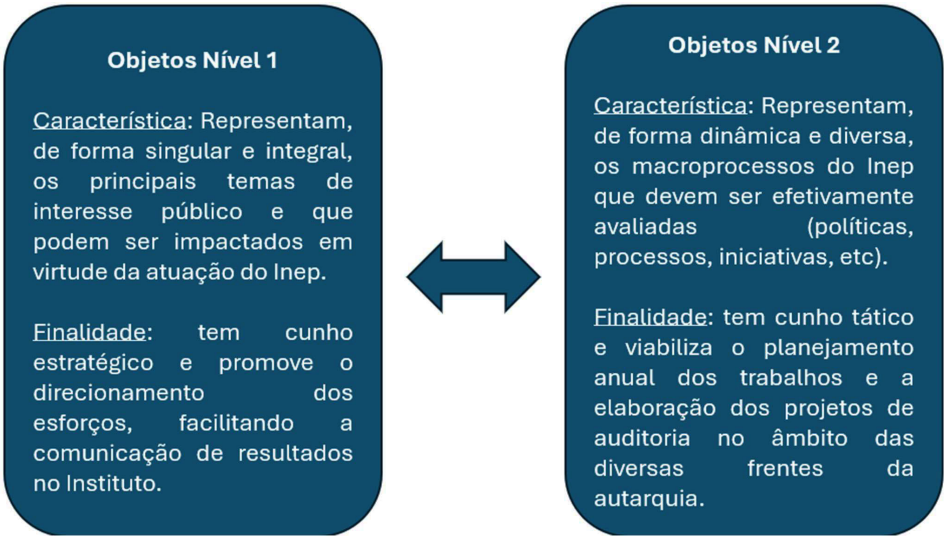

FIGURA 3

CONCEITUAÇÃO DOS NÍVEIS DE OBJETOS DE AUDITORIA

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil. CGU (2023).

Conforme a Figura 3, a partir da definição dos objetos de nível 1 (estratégicos) e de nível 2 (táticos), promove-se a classificação com base em fatores de riscos para a priorização daqueles que serão foco das ações de auditoria. Para os objetos de nível 1, adotou-se um ciclo de priorização de 4 anos e, para os de nível 2, um ciclo anual. Assim, segundo o referencial teórico, a priorização dos objetos de auditoria pode ocorrer por meio da ligação dos objetos a eventos de risco identificados ou, na ausência desses, de uma abordagem em que se definem fatores de risco aplicáveis a todos os objetos, a partir de critérios de relevância, criticidade e materialidade, conforme apresentado na Figura 4.

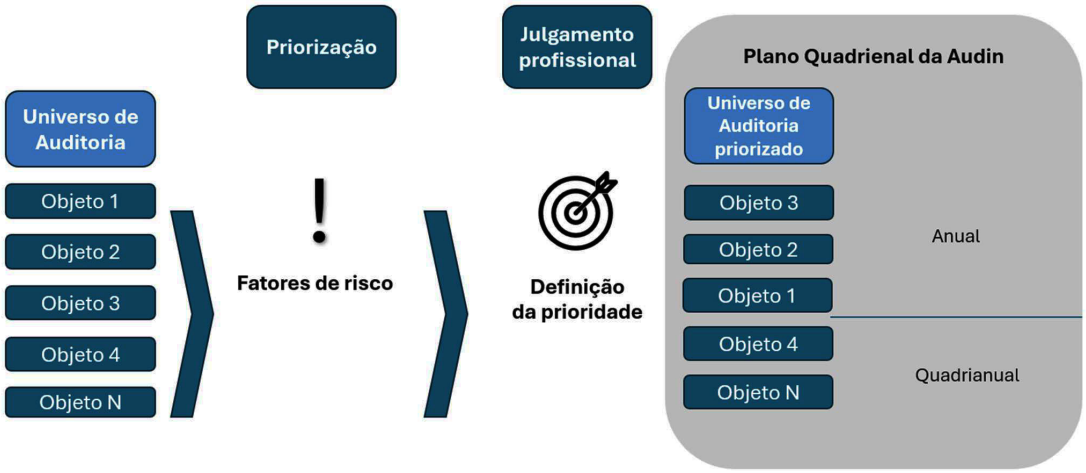

FIGURA 4

ETAPAS DE PRIORIZAÇÃO DOS OBJETOS DE AUDITORIA

Fonte: Elaboração própria com base em Brasil. CGU (2023).

Tomando como referência a Figura 4, a Audin realizou a revisão do Universo de Auditoria, com vistas a reorganizar o planejamento de suas ações em uma perspectiva de médio e curto prazo. Na perspectiva de médio prazo (2024-2027), identificam-se os objetos de nível 1 (estratégicos) para, a partir deles, definir as prioridades para os Planos Anuais no período.

O objetivo é aprimorar o processo de planejamento dos trabalhos da Audin, focando sua atuação em objetos de forma mais completa. Por exemplo, ao se priorizar um objeto estratégico no Paint de determinado ano, é possível executar ações de avaliação e consultoria sobre objetos de nível 2 nas perspectivas finalística, de governança e de suporte, considerando a classificação dos objetos desse nível. Entende-se que, dessa forma, a Audin potencializa a alocação de seus recursos, sobretudo da força de trabalho, ampliando suas chances de agregar valor aos processos do Inep.

Assim, a análise contemplou as seguintes atividades:

1 Associação dos 81 objetos do universo de 2022 aos 19 objetos estratégicos e 43 objetos táticos definidos;

2 Avaliação da pertinência enquanto objeto sujeito a ações de auditoria;

3 Avaliação da sobreposição/repetição de objetos referentes a processos similares, porém com denominação distinta;

4 Avaliação dos objetos comuns a mais de um objeto de nível 1;

5 Avaliação e adequação da terminologia utilizada na definição dos objetos; e

6 Associação às macroestruturas do Inep responsáveis diretamente pelas iniciativas, com base nas respectivas competências.

Em relação à cadeia de valor, importa destacar a transversalidade dos objetos de suporte em relação aos objetos finalísticos das iniciativas estratégicas. Além disso, embora os processos de elaboração de instrumentos de medida do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) representem objetos da cadeia finalística, de responsabilidades de diretorias específicas, Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb) e Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes) respectivamente, os exames compartilham dos mesmos objetos de suporte, relacionados, sobretudo, aos processos de aplicação, mas também aos financeiros e de suporte tecnológico. Por outro lado, os objetos da cadeia de governança, embora não associados diretamente a todos os objetos de nível 1 (e de nível 2 das demais cadeias), engloba-os, de algum modo, já que, por exemplo, a gestão da estrutura, integridade, melhorias e inovações são comuns a todas as áreas e processos do Instituto.

Dessa forma, esta proposta de revisão do Universo de Auditoria pretende deixar mais claras essas interações e interdependências, para que nos momentos dedicados à elaboração dos planos anuais de auditoria seja possível integrar os objetos das diferentes cadeias, concentrando esforços na avaliação/consultoria em subconjunto de objetos de nível 1, abordando, se pertinente, processos associados às três cadeias de valor. Se, por exemplo, o objeto estratégico Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) for priorizado, a Audin poderá planejar serviços dedicados à avaliação de processos da cadeia finalística (Produção de instrumentos de medida; correção, análise e divulgação dos resultados), da cadeia de suporte (contratação de serviços especializados, logística da aplicação, sistemas de informação etc.), e/ou da cadeia de governança (gestão de riscos, inovação, plano de dados abertos), sempre a depender do resultados da etapa de priorização. Já os objetos da cadeia de governança, quando priorizados em plano anual, poderão ser abordados na integralidade ou focados em iniciativas e processos de maior risco.

A Audin tem a expectativa de que esse novo formato de planejamento dos planos anuais amplie suas chances de agregar valor ao Inep, contribuindo efetivamente para o aprimoramento dos processos e da gestão de riscos, além de promover maior eficiência na aplicação da reduzida força de trabalho da unidade.

Consolidado o entendimento acerca dos objetos de nível 1 e 2, na sequência, apresenta-se a metodologia de priorização dos objetos, que irá embasar a elaboração dos planos anuais de auditoria interna (Paint).

2.2 Metodologia de priorização do Universo de Auditoria

Alinhada às melhores práticas de gestão de riscos, a Unidade de Auditoria Interna do Inep (Audin/Inep) definiu uma metodologia para avaliar os riscos e priorizar os processos a serem auditados (Universo de Auditoria) no âmbito do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

A Instrução Normativa CGU nº 3/2017 estabelece que a Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) deve elaborar um plano baseado em riscos para determinar as ações prioritárias de modo que estejam alinhadas aos objetivos e metas institucionais, utilizando-se do processo de gerenciamento de riscos da Instituição. Ainda, o *Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal* (MOT), aprovado pela Instrução Normativa CGU nº 8/2017, esclarece que, embora a Instrução Normativa CGU nº 3/2017 estabeleça a necessidade da definição de trabalhos com base em riscos, cabe à UAIG efetuá-la de acordo com suas especificidades, estabelecendo uma metodologia mais adequada para sua organização.

Destaca-se que o Inep não possui um processo de gerenciamento de riscos implementado, sendo o nível de maturidade da gestão de risco ainda incipiente. Ademais, com a atual estrutura da Audin/Inep seria inviável, em relação aos objetos auditáveis, compilar uma lista de riscos, conhecidos ou previsíveis, e avaliá-los, de modo que pudessem ser classificados e comparados, para então representá-los de forma hierárquica em função de seu nível.

Dessa forma, a metodologia de seleção dos trabalhos de auditoria foi construída com base em fatores de risco que permite definir critérios de priorização, os quais são empregados para compreender a importância relativa das condições e eventos que podem afetar adversamente o Instituto.

Uma parte dos fatores de riscos é avaliada por meio de dados pré-existentes, e outra a partir de informações coletadas por meio de questionários submetidos aos dirigentes e gestores de cada processo (objeto de auditoria). Aos objetos de auditoria sem informação apresentada pelos gestores são atribuídas pontuações máximas, considerando que a ausência de informações sobre o processo consiste em alto risco para a consecução dos objetivos.

No mapeamento do universo de auditoria em 2022 (Brasil. Inep, 2023b), optou-se por trabalhar com 14 fatores de riscos associados a critérios de relevância, materialidade e criticidade, identificando questões específicas em cada um dos tópicos relacionados, conforme apresentado no Quadro 1.

QUADRO 1

CRITÉRIOS E FATORES DEFINIDOS PELA AUDIN PARA PRIORIZAÇÃO DO UNIVERSO DE AUDITORIA EM 2022

Fatores do critério criticidade	Fatores do critério relevância	Fatores do critério materialidade
1 Mapeamento formal do processo, com definição de objetivos, fluxos, atribuições, entregas e prazos.	1 Produção de informações gerenciais sobre o processo para subsidiar melhorias e decisões da alta gestão.	1 Magnitude financeira.
2 Normativos, manuais ou procedimentos operacionais que orientam as atividades desenvolvidas no processo.	2 Vinculação do objeto a processo finalístico, de governança ou de suporte.	
3 Gestão de riscos institucionalizados no processo.	3 Abrangência institucional.	
4 Eficácia dos controles internos implementados e reporte de eventuais falhas à alta gestão.	4 Interesse do gestor na realização de trabalho de avaliação do processo.	
5 Suficiência do quadro de servidores designados para realizar as atividades do processo.	5 Interesse da auditoria interna.	
6 Quantitativo de denúncias recebidas.		
7 Risco à imagem do Instituto relacionado ao processo.		
8 Lapso temporal entre auditorias.		

Fonte: Elaboração própria.

Até 2022, tais critérios foram ponderados no momento de identificação dos fatores de risco, associando a cada objeto uma pontuação distinta em função de sua especificidade, a fim de obter o Índice de Significância do Objeto (ISO), utilizado na classificação e priorização dos trabalhos de auditoria.

Nesta nova perspectiva, ressalta-se que não é pertinente utilizar os mesmos fatores de risco de 2022 para priorização de todos os objetos, sobretudo os de nível 1 (estratégicos). Estes, por representarem agregados amplos, não são passíveis da avaliação integral dos processos que os agrupam e, portanto, alguns fatores não se aplicam. Dessa forma, a metodologia de priorização também foi revisada e adaptada nesta versão do universo de auditoria, conforme apresentado a seguir.

2.2.1 Objetos de auditoria de nível 1 (estratégicos)

Os fatores de riscos utilizados no Universo de Auditoria para o período de 2024-2027 são baseados em adaptações dos fatores dos riscos propostos em referenciais técnicos da atividade de auditoria interna, tais como o *Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal* – MOT (item 4.1.4.3.1) e a publicação Desenvolvendo um *Plano de Auditoria Interna Baseado em Riscos* do The Institute of Internal Auditors – The IIA.

Tendo como referência as informações obtidas nos documentos mencionados, a unidade de Auditoria Interna do Inep elencou os fatores de risco que serão considerados neste mapeamento, quais sejam:

QUADRO 2

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE RISCOS DOS OBJETOS DE NÍVEL 1

Fator de risco	Pontuação Máxima do fator
Risco de imagem	1
Dependência de terceiros	1
Interesse da gestão	1
Lapso temporal entre auditorias	1
Comunicações de cidadãos (denúncias)	1
Contencioso jurídico	1
Taxa de implementação das recomendações	1
Avaliação da auditoria interna	1
Magnitude financeira	1

Fonte: Elaboração própria.

Risco de imagem

O fator de risco de imagem, também chamado de risco de reputação, refere-se ao possível impacto sobre a percepção pública devido a eventos ou a ações que afetam negativamente sua credibilidade, confiabilidade ou ética.

A exposição da Administração Pública na prestação de seus serviços impacta diretamente a percepção que o cidadão tem do órgão. Quanto mais abrangente e maior o impacto do objeto de auditoria junto aos cidadãos (beneficiários), maior o risco de imagem. O Quadro 3 detalha os níveis de risco de imagem.

QUADRO 3

RISCO DE IMAGEM

Impacto do risco de imagem	Pontuação atribuída
Baixo: danos limitados à imagem, com pouca ou nenhuma repercussão pública; podem ser corrigidos e não afetam significativamente as operações e as entregas do Inep à sociedade.	0
Médio: danos moderados à reputação, que podem gerar atenção da mídia e impacto limitado à percepção pública, mas são gerenciáveis com respostas rápidas e adequadas do Inep.	0,5
Alto: danos graves à imagem, com ampla repercussão na mídia, perda de confiança pública, podendo afetar a sobrevivência do Instituto.	1

Fonte: Elaboração própria.

Dependência de terceiros

Este fator de risco refere-se à vulnerabilidade de uma organização devido à sua dependência de parceiros externos, fornecedores, prestadores de serviços, consultores ou outros terceiros para desempenhar funções críticas ou entregar insumos necessários para suas operações. Esse tipo de dependência pode expor a organização a riscos significativos, uma vez que qualquer problema com terceiros pode afetar diretamente sua capacidade de operar de maneira eficaz e atingir seus objetivos.

QUADRO 4

RISCO DE DEPENDÊNCIA DE TERCEIROS

Nível de dependência de terceiros	Pontuação atribuída
Baixo: a execução é realizada diretamente pelo Inep, eventualmente contando com parceiros públicos.	0
Médio: a execução depende da contratação de terceiros para serviços especializados, mas há múltiplos fornecedores para o mesmo insumo ou serviço.	0,5
Alto: a organização depende da contratação de terceiros para serviços especializados, de execução crítica, com poucos fornecedores para o mesmo serviço ou insumo.	1

Fonte: Elaboração própria.

Interesse da gestão

Refere-se ao interesse do gestor em receber uma avaliação ou consultoria sobre o objeto, que pode ser motivado por um ou mais dos fatores:

a) riscos do processo que podem comprometer o desempenho e o alcance dos objetivos;

b) mudanças na legislação ou no processo de trabalho da unidade;

c) necessidade de promover mudanças/melhorias no processo em aspectos relacionados à governança, aos riscos e aos controles.

O interesse da gestão está diretamente relacionado à percepção do gestor de que um trabalho de auditoria sobre o objeto em questão pode agregar valor, ao oferecer uma ampla avaliação independente e propor melhorias significativas.

QUADRO 5

INTERESSE DA GESTÃO

Nível de interesse da gestão	Pontuação atribuída
Baixo: quando nenhum dos fatores citados estão presentes e há razoável segurança de que os resultados serão alcançados.	0
Médio: quando um dos fatores citados estão presentes e uma avaliação ou consultoria sobre o objeto proporcionaria maior segurança de que os resultados serão alcançados.	0,5
Alto: quando mais de um dos fatores citados estão presentes, assim como outros eventualmente não citados, e o gestor considera que uma avaliação ou consultoria é determinante para os resultados desejados.	1

Fonte: Elaboração própria.

Comunicações de cidadãos (denúncias)

Este fator de risco considera a quantidade de comunicações recebidas via sistema Fala.BR no exercício imediatamente anterior, que guardam relação com os objetos de auditoria do nível 1, ou seja, as linhas de atuação do Instituto. As comunicações serão divididas em duas categorias: procedentes ou não procedentes. Considera-se não procedentes aquelas comunicações que não apresentaram informações mínimas que viabilizassem uma apuração ou que foram apuradas e não se identificaram evidências sobre a materialidade ou autoria do que foi alegado. As procedentes são aquelas comunicações que trouxeram informações suficientes para a apuração e, de fato, as alegações foram confirmadas. Esta categoria receberá peso 0,7 e aquela peso 0,3. Será utilizado o método MinMax para normalizar os dados em cada categoria e depois aplicado o respectivo peso para se chegar à pontuação final.

Rcom = {[(X-Xmin)/(Xmax-Xmin)]*0,3}+{[(Y-Ymin)/(Ymax-Ymin)]*0,7}

Onde:

Rcom: é o risco representado pela quantidade de comunicações recebida;

X: é a quantidade de comunicações não procedentes; Xmin é a menor e Xmax a maior quantidade dentre as não procedentes;

Y: é a quantidade de comunicações procedentes; Ymin é a menor e Ymax a maior quantidade dentre as procedentes.

A interpretação é de que se uma linha de atuação (objeto de auditoria de nível 1) vem recebendo uma quantidade significativa de comunicações de cidadãos, o Rcom aumentará e uma avaliação ou consultoria realizada pela Audin/Inep poderia contribuir para melhorar aspectos do processo que estejam, de certa forma, corroborando com esse aumento.

Contencioso jurídico

Este fator de risco considera a quantidade de ações judiciais impetradas em desfavor do Inep no exercício de 2023 e 2024 (o último até o mês de setembro), que guardam relação com os objetos de auditoria

do nível 1, ou seja, as linhas de atuação do Instituto. Será utilizado o método MinMax para normalizar os dados para se chegar à pontuação final, que constarão numa escala de 0 a 1 (zero a um).

Rcont = (X-Xmin)/(Xmax-Xmin)

Onde:

Rcont: é o risco representado pela quantidade de ações judiciais recebidas;

X: é a quantidade de ações judiciais recebidas; Xmin é a menor e Xmax a maior quantidade dentre as ações judiciais recebidas.

A interpretação é de que se uma linha de atuação vem recebendo uma quantidade significativa de ações judiciais, uma avaliação ou consultoria realizada pela Audin/Inep poderia contribuir para melhorar aspectos do processo que estejam, de certa forma, corroborando com o aumento do contencioso jurídico.

Taxa de implementação das recomendações

A implementação das recomendações emitidas pela unidade de auditoria interna é indispensável para promover as melhorias necessárias nos processos das unidades auditadas, de forma a aumentar a eficiência e eficácia na aplicação dos recursos públicos e atingir os objetivos estratégicos do Inep. A efetividade dos trabalhos de auditoria depende diretamente da atuação das unidades auditadas na implementação das recomendações.

Especificamente, este fator de risco está relacionado ao comprometimento na implementação das recomendações, já que o dado é de suma relevância no contexto do trabalho. Entretanto, vale frisar que a pontuação da taxa de implementação de recomendações é obtida por meio do vínculo entre as recomendações emitidas com os respectivos objetos de nível 1 e 2 definidos para a revisão do Universo de Auditoria.

Dessa forma, pode-se considerar que a taxa de implementação das recomendações é um indicador que representa, na perspectiva da auditoria interna, o comprometimento das unidades auditadas com a melhoria dos seus processos de trabalho, que se traduzem em uma gestão eficaz, eficiente, íntegra e transparente.

Inicialmente, calcula-se a taxa pela razão entre a quantidade de recomendações implementadas e o total de recomendações emitidas desde o início do monitoramento realizado por meio do Sistema e-Aud (1/1/2020). Após esse procedimento, obtém-se o complementar (1 – taxa implementação), de forma que as unidades que mais implementam recomendações tenham pontuação tendendo a 0 (zero), e as que menos implementam, tendendo a 1 (um). As unidades que nunca receberam recomendações receberão valor 0 (zero).

Interesse da Auditoria Interna

As normas nacionais e internacionais sobre auditoria interna conferem papel importante à experiência dos auditores e ao respectivo conhecimento da unidade auditada. Assim, torna-se relevante considerar o julgamento profissional do auditor na avaliação dos objetos de auditoria.

Trata-se, portanto, de um indicador qualitativo, valorado de acordo com o julgamento profissional do auditor-chefe, com base na sua percepção sobre a complexidade do objeto de auditoria, riscos envolvidos e ambiente de controle de uma forma geral. Tal preceito está de acordo com o MOT, que destaca a independência

e objetividade como pressupostos para o exercício da atividade, tanto na condução dos trabalhos quanto na emissão de opinião.

Dessa maneira, o interesse da Auditoria Interna deve levar em consideração elementos distintos aos da administração, os quais devem estar alinhados ao propósito da unidade de auditoria. Essa avaliação deve ser pautada pelo conhecimento do auditor-chefe sobre as unidades, processos, ambiente de controle e riscos, dentre outros aspectos relacionados ao objeto de auditoria, que culminam na oportunidade de se realizar uma avaliação.

QUADRO 6

INTERESSE DA AUDITORIA INTERNA

Nível de interesse	Pontuação atribuída
Baixo	0
Médio	0,5
Alto	1

Fonte: Elaboração própria.

Magnitude financeira

O critério magnitude financeira corresponde à participação relativa do objeto de auditoria no orçamento total do Inep. A avaliação dos objetos de auditoria de maior vulto financeiro tem o potencial de mitigar riscos de prejuízo ao erário, além de gerar economia ou eliminar desperdícios, contribuindo para uma gestão mais eficiente.

Este indicador será calculado com base no orçamento do exercício imediatamente anterior e os valores financeiros atribuídos aos objetos de auditoria serão normalizados com o método MinMax.

Rfin = (X-Xmin)/(Xmax-Xmin)

Onde:

Rfin: é o risco representado pela materialidade do objeto de auditoria;

X: é o valor orçamentário destinado ao objeto de auditoria; Xmin é o menor e Xmax o maior valor do orçamento.

2.2.2 Objetos de auditoria de nível 2 (táticos)

QUADRO 7

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE RISCOS DOS OBJETOS DE NÍVEL 2

(continua)

Fator de risco	Pontuação Máxima do fator
Organização e estruturação do processo	1
Gestão de riscos do processo	1

QUADRO 7

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE RISCOS DOS OBJETOS DE NÍVEL 2

(conclusão)

Fator de risco	Pontuação Máxima do fator
Lapso temporal entre auditorias	1
Taxa de implementação das recomendações	1
Interesse da auditoria interna	1
Interesse da gestão	1
Magnitude financeira	1

Fonte: Elaboração própria.

Organização e estruturação do processo

A organização e estruturação do processo (objeto de auditoria) envolve definir e institucionalizar um conjunto mínimo de instrumentos de gestão que padronizem o trabalho que precisa ser realizado e ofereçam condições para que os servidores e colaboradores entendam suas atribuições e as entregas esperadas. Os instrumentos listados são exemplos não exaustivos, que podem ser considerados na estruturação do processo:

a) instrução normativa ou instrumento equivalente que regulamente internamente as etapas, atividades, papéis e responsabilidades, critérios, datas e prazos relevantes, indicadores de desempenho e resultado etc.;
b) mapeamento do processo atualizado (fluxo, atividades, regras de negócio, responsáveis, modelos, insumos e produtos);
c) manuais de procedimentos operacionais atualizados, contendo orientações práticas sobre o trabalho que deve ser realizado, checklists, passo a passo etc.;
d) uso de sistemas de informação moderno e que, de fato, satisfaça os requisitos/necessidades do processo;
e) monitoramento de resultados por meio de painéis e relatórios gerenciais, com reporte periódico à alta gestão;
f) realização de capacitações e treinamentos periódicos para uniformizar a aplicação dos instrumentos de gestão citados.

QUADRO 8

ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO PROCESSO

Nível de organização e estruturação do processo	Pontuação atribuída
Baixo: não mais que dois instrumentos listados estão presentes no processo, não estão atualizados e não são adotados uniformemente por todos os servidores da unidade.	1
Médio: ao menos três instrumentos listados estão presentes no processo, estão atualizados e são aplicados uniformemente pela maioria dos servidores da unidade.	0,5
Alto: todos os instrumentos listados estão presentes no processo, estão atualizados e são aplicados uniformemente por todos os servidores da unidade.	0

Fonte: Elaboração própria.

Gestão de riscos no processo

A gestão de riscos é uma função crítica, indispensável para lidar com as incertezas inerentes ao negócio e para fornecer razoável segurança de que os objetivos institucionais serão alcançados. Constitui-se no conjunto de procedimentos adotados para identificar, analisar, priorizar, desenvolver ações de tratamento e monitorar continuamente as causas e efeitos.

QUADRO 9

GESTÃO DE RISCOS

Nível de maturidade da gestão de riscos do processo	Pontuação atribuída
Baixo: a unidade realiza gestão de riscos de forma incipiente, sem um gestor de riscos designado, sem metodologia formalizada, sem manual de gestão de riscos, sem sistema informatizado, sem painéis gerenciais e relatórios periódicos de avaliação e reporte. A gestão de riscos não é reconhecida e aplicada por todos os servidores da unidade.	1
Médio: a unidade não tem um gestor de riscos designado, mas adota uma metodologia formalizada para gestão de riscos, tem uma matriz de riscos com a identificação e avaliação (probabilidade e impacto), mas não monitora e desenvolve ações específicas para tratamento (mitigação) dos riscos de forma sistemática. Não utiliza sistemas informatizados, painéis gerenciais e relatórios de reporte. A gestão de riscos é conhecida pela maior parte dos servidores.	0,5
Alto: a gestão de riscos está institucionalizada na unidade. Há metodologia e manual de gestão de riscos formalizados. Há designação de gestor de riscos. Os riscos são identificados, priorizados e monitorados por meio de sistema informatizado. As ações de tratamento são realizadas sistematicamente e todos os servidores da unidade reconhecem a importância e são atuantes na gestão de riscos.	0

Fonte: Elaboração própria.

Lapso temporal entre auditorias

O tempo decorrido entre a realização de avaliações pode influenciar o risco associado ao processo. Quanto maior for esse tempo, provavelmente maior será o seu risco. Para apurar esse fator, considera-se ações de auditoria realizadas no processo, incluindo aquelas da Audin/Inep, CGU e TCU, nos últimos 5 anos, inclusive as que estiverem em andamento no momento da avaliação de riscos do universo de auditoria.

Com uma escala máxima igual a 1 (um), divide-se o fator de lapso temporal entre ações de auditorias, atribuindo-se pontuação 0 (zero) para os processos auditados há menos de 24 meses; pontuação 0,5 aos processos auditados entre 24 e 48 meses; e pontuação 1 (um) aos processos nunca auditados ou auditados há mais de 48 meses.

QUADRO 10

LAPSO ENTRE REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS

Lapso temporal entre auditorias	Pontuação atribuída
Auditado há menos de 24 meses	0
Auditado entre 24 e 48 meses	0,5
Auditado há mais de 48 meses ou nunca auditado	1

Fonte: Elaboração própria.

Taxa de implementação das recomendações

A implementação das recomendações emitidas pela unidade de auditoria interna é indispensável para promover as melhorias necessárias nos processos das unidades auditadas, de forma a aumentar a eficiência e eficácia na aplicação dos recursos públicos e atingir os objetivos estratégicos do Inep. A efetividade dos trabalhos de auditoria depende diretamente da atuação das unidades auditadas na implementação das recomendações.

Especificamente, este fator de risco está relacionado ao comprometimento na implementação das recomendações, já que o dado é de suma relevância no contexto do trabalho. Entretanto, vale frisar que a pontuação da taxa de implementação de recomendações é obtida por meio do vínculo entre as recomendações emitidas com os respectivos objetos de nível 1 e 2 definidos para a revisão do Universo de Auditoria.

Dessa forma, pode-se considerar que a taxa de implementação das recomendações é um indicador que representa, na perspectiva da auditoria interna, o comprometimento das unidades auditadas com a melhoria dos seus processos de trabalho, que se traduzem em uma gestão eficaz, eficiente, íntegra e transparente.

Inicialmente, calcula-se a taxa pela razão entre a quantidade de recomendações implementadas e o total de recomendações emitidas desde o início do monitoramento realizado por meio do Sistema e-Aud (1/1/2020). Após esse procedimento, obtém-se o complementar (1 – taxa implementação), de forma que as unidades que mais implementam recomendações tenham pontuação tendendo a 0 (zero) e, as que menos implementam, tendendo a 1 (um). As unidades que nunca receberam recomendações receberão valor 0 (zero).

Interesse da Auditoria Interna

As normas nacionais e internacionais sobre auditoria interna conferem papel importante à experiência dos auditores e o respectivo conhecimento da unidade auditada. Assim, torna-se relevante considerar o julgamento profissional do auditor na avaliação dos objetos de auditoria.

Trata-se, portanto, de um indicador qualitativo, de certa forma subjetivo, valorado de acordo com o julgamento profissional do auditor-chefe, com base na sua percepção sobre a complexidade do objeto de auditoria, os riscos envolvidos e o ambiente de controle de uma forma geral. Tal preceito está de acordo com o MOT, que destaca a independência e objetividade como pressupostos para o exercício da atividade, tanto na condução dos trabalhos quanto na emissão de opinião.

Dessa maneira, o interesse da Auditoria Interna deve levar em consideração elementos distintos aos da administração, os quais devem estar alinhados ao propósito da unidade de auditoria. Essa avaliação deve

ser pautada pelo conhecimento do auditor-chefe sobre as unidades, os processos, o ambiente de controle e os riscos, dentre outros aspectos relacionados ao objeto de auditoria, que culminam na oportunidade de se realizar uma avaliação.

QUADRO 11

INTERESSE DA AUDITORIA INTERNA

Nível de interesse	Pontuação atribuída
Baixo	0
Médio	0,5
Alto	1

Fonte: Elaboração própria.

Interesse da gestão

Refere-se ao interesse do gestor em receber uma avaliação ou consultoria sobre o objeto, que pode ser motivado por um ou mais dos fatores:

a) riscos do processo que podem comprometer o desempenho e o alcance dos objetivos;

b) mudanças na legislação ou no processo de trabalho da unidade;

c) necessidade de promover mudanças/melhorias no processo em aspectos relacionados à governança, aos riscos e aos controles.

O interesse da gestão está diretamente relacionado à percepção do gestor de que um trabalho de auditoria no objeto em questão pode agregar valor, ao oferecer uma ampla avaliação independente e propor melhorias significativas.

QUADRO 12

INTERESSE DA GESTÃO

Nível de interesse da gestão	Pontuação atribuída
Baixo: quando nenhum dos fatores citados estão presentes e o há razoável segurança de que os resultados serão alcançados.	0
Médio: quando um dos fatores citados estão presentes e uma avaliação ou consultoria sobre o objeto proporcionaria maior segurança de que os resultados serão alcançados.	0,5
Alto: quando mais de um dos fatores citados estão presentes, assim como outros eventualmente não citados, e o gestor considera que uma avaliação ou consultoria é determinante para os resultados desejados.	1

Fonte: Elaboração própria.

Magnitude financeira

O critério magnitude financeira corresponde à participação relativa do objeto de auditoria no orçamento total do Inep. A avaliação dos objetos de auditoria de maior vulto financeiro tem o potencial de mitigar riscos de prejuízo ao erário, além de gerar economia ou eliminar desperdícios, contribuindo para uma gestão mais eficiente.

Serão utilizados o orçamento executado imediatamente anterior e os valores financeiros atribuídos aos objetos de auditoria. Para fins de normalização será utilizado o método MinMax.

Rfin = (X-Xmin)/(Xmax-Xmin)

Onde:

Rfin: é o risco representado pela materialidade do objeto de auditoria;

X: é o valor orçamentário destinado ao objeto de auditoria. Xmin é o menor e Xmax o maior valor do orçamento.

2.2.3 Formação do Índice de Significância do Objeto (ISO)

O Índice de Significância do Objeto (ISO) é a medida adotada na avaliação de riscos, que determina o nível de exposição a que estão submetidos os objetos de auditoria no contexto organizacional. O ISO é determinado a partir da média aritmética simples das pontuações atribuídas aos fatores de riscos, conforme os critérios de avaliação estabelecidos. Estes critérios englobam variáveis que vão desde a importância do objeto para os objetivos estratégicos da organização até a sua suscetibilidade a fraudes e ineficiências.

ISO = (P1 + P2 + ... + Pn) / n

Onde:

P1, P2, ..., Pn: Pontuações de cada critério de risco;

n: Número total de critérios avaliados.

Dessa forma, a aplicação sistemática do ISO em cada nível do universo de auditoria permite a criação de uma hierarquia objetiva dos objetos de auditoria do Inep, baseando-se em um conjunto padronizado de critérios apresentados neste documento.

Este processo assegura que os recursos de auditoria sejam alocados de forma a maximizar a cobertura de riscos, priorizando os objetos com o maior potencial de impacto negativo sobre os objetivos da Autarquia.

2.2.4 Classificação e seleção dos objetos de auditoria

Uma vez calculado o ISO, os objetos de auditoria são organizados em um *ranking*, de acordo com o valor do índice, do maior para o menor. Essa classificação será realizada separadamente para os objetos de nível 1 (estratégicos), Apêndice C (Tabela 1C), e os objetos de nível 2 (táticos), Apêndice C (Tabela 2C), garantindo que as peculiaridades e os riscos associados a cada nível sejam adequadamente consideradas.

O *ranking* servirá como referência principal para selecionar os objetos de auditoria mais relevantes, respeitando a ordem obtida a partir do ISO. Os objetos de nível 1 selecionados serão inseridos no Plano de

Negócio, que é o instrumento de planejamento de médio/longo prazo da Audin, e orientará o processo de planejamento anual dos trabalhos de auditoria (Paint). Os trabalhos de auditoria serão focados nos objetivos mais específicos (nível 2) diretamente relacionados aos objetos de nível 1 previstos no Plano de Negócio. Em resumo, a seleção dos trabalhos de auditoria deverá observar prioritariamente a classificação de riscos (ISO), tanto dos objetivos estratégicos (nível 1) quanto dos objetos táticos (nível 2).

Contudo, as normas de auditoria interna do poder executivo federal preveem a participação da alta gestão na definição dos trabalhos de auditoria, mas prioritariamente com base nos riscos previamente mapeados, inclusive com a participação dos dirigentes nessa etapa. Caso a alta gestão ou a Audin opte por algum objeto de auditoria que não observe a ordem do *ranking*, é imprescindível apresentar motivação expressa, contendo os elementos objetivos que justifiquem a desconsideração do *ranking*.

Neste cenário, também é essencial considerar a capacidade operacional da unidade de auditoria interna para a execução dos trabalhos, que podem variar entre avaliações e consultorias. Assim, deverá ocorrer um equilíbrio entre os serviços, mas sempre priorizando as ações de avaliação, caso não haja capacidade operacional suficiente para atuar nas consultorias requisitadas.

Cabe ressaltar que, uma vez avaliado um objeto de auditoria dentro do período de vigência do Plano de Negócio, este não será reavaliado enquanto o referido plano permanecer vigente, exceto em circunstâncias excepcionais, expressamente fundamentadas, que possam justificar uma nova avaliação. Esse procedimento evita a redundância de esforços e garante que a auditoria interna concentre suas atividades em áreas que ainda não foram examinadas ou que apresentem novos riscos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alinhada às melhores práticas de gestão de riscos, a Audin/Inep implementou uma metodologia robusta para priorizar os trabalhos de auditoria e consultoria. Por meio da aplicação de um questionário e da análise de dados, a metodologia permite identificar os processos com maior impacto e risco, garantindo que os recursos sejam alocados de forma eficiente e eficaz. A utilização dessa abordagem contribui para o fortalecimento da governança e dos controles internos do Instituto.

Esta metodologia conta com a participação ativa das unidades do Inep, considera diversos critérios e permite a seleção dos objetos de auditoria de forma transparente e objetiva, mediante as pontuações obtidas a fim de priorizar os objetos. A aplicação dessa abordagem assegura que o Plano Anual de Auditoria Interna (Paint) esteja alinhado às principais necessidades e riscos do Inep.

O mapeamento do universo de auditoria é essencial para promover um melhor direcionamento das atividades de elaboração do Paint. Esta proposta de revisão do universo de auditoria da Audin compreendeu que os objetos do nível estratégico refletem as principais iniciativas do Inep, apresentadas no Relatório Anual de Gestão de 2023, diretamente relacionadas ao cumprimento das finalidades do Instituto. Já os objetos de nível tático refletem processos centrais que garantem o atingimento de seus objetivos e metas. Muitos dos objetos auditáveis identificados representam atividades transversais.

Ressalta-se que o trabalho deve ser revisado sempre que necessário, na medida em que se aprimore o conhecimento a respeito das peculiaridades inerentes, para inserção e exclusão de objetos.

Além disso, destaca-se que os questionários utilizados para coletar contribuições dos dirigentes sobre os fatores de riscos dos objetos de auditoria constam no Apêndice B. O *ranking* dos objetos de auditoria gerado a partir do ISO consta no Apêndice C.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto nº 11.204, de 21 de setembro de 2022*. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11204.htm>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). *Instrução Normativa nº 3, de 9 de junho de 2017*. Aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/33409>. Acesso em: 2 jan. 2023.

BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). *Instrução Normativa nº 8, de 6 de dezembro de 2017*. Aprova o Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal. Brasília, DF, 2017b. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/33405>. Acesso em: 2 jan. 2023.

BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). *Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal* [MOT]. Brasília, DF: CGU, 2017c. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/manual-de-orientacoes-tecnicas-1.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2023.

BRASIL. Controladoria Geral da União (CGU). *Orientação prática*: Plano de auditoria interna baseado em riscos. Brasília, DF, 2020. Disponível em: < https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/44970/5/Orientacao_Pratica_PABR_v1.1.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. Controladoria Geral da União (CGU). *Nota técnica nº 3.504/2023*. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/77627/1/Nota_tecnica_3504_2023.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Portaria nº 986, de 21 de dezembro de 2017*. [Dispõe sobre estrutura regimental do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira]. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1284082/do1-2017-12-22-portaria-n-986-de-21-de-dezembro-de-2017-1284078-1284078>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Planejamento estratégico institucional*: versão 4ª RAE. Brasília, DF: Inep, 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Planejamento estratégico institucional*: 2020-2023: versão 7ª RAE. Brasília, DF: Inep, 2022a. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/gestao_e_governanca/planejamento_estrategico_institucional_2020_2023.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório de gestão – 2021*. Brasília, DF, 2022b. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/gestao_e_governanca/relatorio_de_gestao_2021.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Ações e programas*. Brasília, DF, 2022c. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório anual de atividades e gestão do Inep – 2023*. Brasília, DF, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/relatorio-anual-de-atividades-e-gestao-do-inep-2023>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Universo de Auditoria*: metodologia de priorização. Brasília, DF: Inep, 2023b. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/auditoria/universo_de_auditoria_metodologia_de_priorizacao_23_02.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). *Método de avaliação do universo de auditoria*. Brasília, DF: Superior Tribunal de Justiça, 2019. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/131571/Metodo_avaliacao_uni_aud.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

THE INSTITUTE OF INTERNAL AUDITORS (THE IIA). *Desenvolvendo um plano de auditoria interna baseado em riscos*. [S. l., 2020]. Disponível em: <https://iiabrasil.org.br/korbilload/upl/ippf/downloads/pg-desenvolvend-ippf-00000008-15062020112900.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

PORTAL EDUCAÇÃO. *Quartil e percentil*. São Paulo: [2022]. Disponível em: <https://blog.portaleducacao.com.br/quartil-e-percentil/>. Acesso em: 3 fev. 2023.

APÊNDICES

QUADRO 1A

OBJETOS NÍVEL 1 (ESTRATÉGICOS) E NÍVEL 2 (TÁTICOS) CONSOLIDADOS EM 2024

(continua)

Objetos Nível 1 (Estratégicos)	Objetos Nível 2 (Táticos)	Objetos de Auditoria do Universo Mapeado em 2022	Macroestruturas Envolvidas	Cadeia de Valor
1 Comunicação institucional	1.1 Gestão da comunicação com cidadãos	– Gestão da transparência ativa (governança) – Gestão do acesso à informação (governança) – Gestão do atendimento ao público (governança)	Presidência: Ouvidoria	Governança
	1.2 Gestão da Comunicação interna e institucional	– Gestão da comunicação interna (governança) – Gestão da comunicação institucional (governança) – Gestão de relações institucionais (governança) – Gestão de relações internacionais (governança)	Presidência: Gabinete, Ascom	Governança
2. Gestão de tecnologia da informação e comunicação	2.1 Governança e gestão de TIC	– Governança e gestão de TIC (suporte) – Contratação de bens e serviços de TIC (suporte) – Gestão de serviços de TIC (suporte) – Governança de dados (suporte) – Gestão de dados (suporte) – Gestão de transformação digital dos serviços (governança)	DTDIE: CGGOV	Suporte e Governança
	2.2 Desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação	– Desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação (suporte)	CGSIEB; CGSIES, CGSDE	Suporte
	2.3 Gestão da segurança da informação e comunicações	– Gestão da segurança da informação e comunicações (suporte)	CGSIEB; CGSIES, CGSDE, CGITS	Suporte
	2.4 Gestão de infraestrutura de TIC	– Gestão de infraestrutura de TIC (suporte)	CGSIEB; CGSIES, CGSDE, CGITS	Suporte
3 Governança e gestão estratégica	3.1 Planejamento e gestão estratégica	– Gestão do Plano Plurianual (governança) – Planejamento estratégico (governança) – Gestão do portfólio de produtos e serviços (governança) – Gestão do portifólio de projetos e processos (governança) – Monitoramento e avaliação da estratégia (governança) – Gestão de dados abertos (governança)	Presidência: AGGE	Governança

QUADRO 1A

OBJETOS NÍVEL 1 (ESTRATÉGICOS) E NÍVEL 2 (TÁTICOS) CONSOLIDADOS EM 2024

(continuação)

Objetos Nível 1 (Estratégicos)	Objetos Nível 2 (Táticos)	Objetos de Auditoria do Universo Mapeado em 2022	Macroestruturas Envolvidas	Cadeia de Valor
3 Governança e gestão estratégica	3.2 Modernização organizacional	– Modelagem jurídico-institucional (governança) – Modelagem de estruturas, hierarquias, cargos e funções (governança) – Gestão de estruturas de governança (governança) – Gestão do desempenho e contratualização de resultados (governança) – Gestão da inovação dos processos (governança) – Gestão do conhecimento (suporte)	Presidência: AGGE; GAB	Governança
	3.3 Gestão de riscos, integridade e ética pública	– Gestão da integridade e da ética pública (governança) – Gestão de riscos (governança)	Presidência: AGGE	Governança
	3.4 Controles internos	– Gestão de auditorias, consultorias e fiscalizações (governança) – Gestão de atividades correicionais (governança) – Análise jurídica de normas, atos e contratos (governança) – Representação do Inep em litígios (governança) – Fornecimento de subsídios às Procuradorias – Regionais Federais e unidades vinculadas (governança) – Representação extrajudicial perante o TCU (governança) – Consultoria jurídica (governança)	Presidência: Audin, Corregedoria e Projur	Governança
4 Gestão Administrativa	4.1 Gestão de Pessoas	– Gerir e planejar quadro de pessoal (suporte) – Gerir provimento, mobilidade e desligamento de servidor (suporte) – Desenvolver pessoas e gerenciar seu desempenho (suporte) – Promover qualidade de vida e a saúde no trabalho (suporte) – Gerir sistemas de administração de pessoal (suporte) – Gerenciar carreiras, ca rgos, funções e benefícios (suporte)	DGP: Cogep	Suporte

QUADRO 1A

OBJETOS NÍVEL 1 (ESTRATÉGICOS) E NÍVEL 2 (TÁTICOS) CONSOLIDADOS EM 2024

(continuação)

Objetos Nível 1 (Estratégicos)	Objetos Nível 2 (Táticos)	Objetos de Auditoria do Universo Mapeado em 2022	Macroestruturas Envolvidas	Cadeia de Valor
4 Gestão Administrativa	4.2 Gestão da logística pública	– Gestão das contratações e das aquisições de bens e serviços (suporte) – Gestão da cadeia de suprimentos (suporte) – Gestão de bens, serviços e patrimônio (suporte)	DGP: CGLIC e CGGA	Suporte
	4.3 Gestão orçamentária	– Gestão orçamentária (suporte) – Gestão financeira (suporte) – Gestão de custos (suporte) – Gestão Contábil (suporte) – Gestão de transferência de recursos (suporte)	DGP: CGOFC	Suporte
5 Exame nacional do ensino médio (Enem)	5.1 Produção de instrumentos de medida	– Planejar testes (finalístico) – Preparar instrumentos de medida (finalístico) – Aplicar testes (finalístico)	Daeb: CGMEB, CGEI	Finalístico
	5.2 Correção, análise e divulgação dos resultados da aplicação	– Corrigir testes e analisar resultados (finalístico) – Divulgar desempenho dos participantes (finalístico)	Daeb: CGMEB, CGEI	Finalístico
	5.3 Gestão e operacionalização da contratação de serviços especializados, gráficos e de aplicação de exames/avaliações	– Gerir a contratação de serviços especializados, gráficos e de aplicação de exames/avaliações (suporte)	DGP: CGGA	Suporte
	5.4 Concepção dos parâmetros e procedimentos padronizados dos processos de aplicação de exames/avaliações	– Conceber os parâmetros e procedimentos padronizados para cada tipo de exame e avaliação (suporte) – Gerir o atendimento às demandas excepcionais (suporte)	DGP: CGDA	Suporte
	5.5 Operação logística de aplicação de instrumentos de medida	– Desenvolver e monitorar a logística de aplicação dos exames e avaliações (suporte) – Promover a integração logística para aplicação de provas (suporte) – Gerir os riscos da operação logística (suporte) – Gerir informações referentes à operação logística (suporte)	DGP: CGMIL	Suporte

QUADRO 1A

OBJETOS NÍVEL 1 (ESTRATÉGICOS) E NÍVEL 2 (TÁTICOS) CONSOLIDADOS EM 2024

(continuação)

Objetos Nível 1 (Estratégicos)	Objetos Nível 2 (Táticos)	Objetos de Auditoria do Universo Mapeado em 2022	Macroestruturas Envolvidas	Cadeia de Valor
6 Exame nacional de certificação de competências de jovens e adultos (Encceja)	6.1 Produção de instrumentos de medida	– Planejar testes (finalístico) – Preparar instrumentos de medida (finalístico) – Aplicar testes (finalístico)	Daeb: CGMEB e CGEI	Finalístico
	6.2 Correção, análise e divulgação dos resultados da aplicação	– Corrigir testes e analisar resultados (finalístico) – Divulgar desempenho dos participantes (finalístico)	Daeb: CGMEB e CGEI	Finalístico
	6.3 Gestão e operacionalização da contratação de serviços especializados, gráficos e de aplicação de exames/avaliações	– Gerir a contratação de serviços especializados, gráficos e de aplicação de exames/avaliações (suporte)	DGP: CGGA	Suporte
	6.4 Concepção dos parâmetros e procedimentos padronizados dos processos de aplicação de exames/avaliações	– Conceber os parâmetros e procedimentos padronizados para cada tipo de exame e avaliação (suporte) – Gerir o atendimento às demandas excepcionais (suporte)	DGP: CGDA	Suporte
	6.5 Operação logística de aplicação de instrumentos de medida	– Desenvolver e monitorar a logística de aplicação dos exames e avaliações (suporte) – Promover a integração logística para aplicação de provas (suporte) – Gerir os riscos da operação logística (suporte) – Gerir informações referentes à operação logística (suporte)	DGP: CGMIL	Suporte
7 Exame de certificação em Língua Portuguesa (Celpe-Bras)	7.1 Produção de instrumentos de medida	– Planejar testes (finalístico) – Preparar instrumentos de medida (finalístico) – Aplicar testes (finalístico)	Daeb: CGMEB e CGEI	Finalístico
	7.2 Correção, análise e divulgação dos resultados da aplicação	– Corrigir testes e analisar resultados (finalístico) – Divulgar desempenho dos participantes (finalístico)	Daeb: CGMEB e CGEI	Finalístico
	7.3 Gestão e operacionalização da contratação de serviços especializados, gráficos e de aplicação de exames/avaliações	– Gerir a contratação de serviços especializados, gráficos e de aplicação de exames/avaliações (suporte)	DGP: CGGA	Suporte

QUADRO 1A

OBJETOS NÍVEL 1 (ESTRATÉGICOS) E NÍVEL 2 (TÁTICOS) CONSOLIDADOS EM 2024

(continuação)

Objetos Nível 1 (Estratégicos)	Objetos Nível 2 (Táticos)	Objetos de Auditoria do Universo Mapeado em 2022	Macroestruturas Envolvidas	Cadeia de Valor
7 Exame de certificação em Língua Portuguesa (Celpe-Bras)	7.4 Concepção dos parâmetros e procedimentos padronizados dos processos de aplicação de exames/avaliações	– Conceber os parâmetros e procedimentos padronizados para cada tipo de exame e avaliação (suporte) – Gerir o atendimento às demandas excepcionais (suporte)	DGP: CGDA	Suporte
	7.5 Operação logística de aplicação de instrumentos de medida	– Desenvolver e monitorar a logística de aplicação dos exames e avaliações (suporte) – Promover a integração logística para aplicação de provas (suporte) – Gerir os riscos da operação logística (suporte) – Gerir informações referentes à operação logística (suporte)	DGP: CGMIL	Suporte
8 Exame nacional de desempenho dos estudantes (Enade)	8.1 Produção de instrumentos de medida	– Planejar testes (finalístico) – Preparar instrumentos de medida (finalístico) – Aplicar testes (finalístico)	Daes: CGEES e CGGI	Finalístico
	8.2 Correção, análise e divulgação dos resultados da aplicação	– Corrigir testes e analisar resultados (finalístico) – Divulgar desempenho dos participantes (finalístico)	Daes: CGEES e CGGI	Finalístico
	8.3 Gestão e operacionalização da contratação de serviços especializados, gráficos e de aplicação de exames/avaliações	– Gerir a contratação de serviços especializados, gráficos e de aplicação de exames/avaliações (suporte)	DGP: CGGA	Suporte
	8.4 Concepção dos parâmetros e procedimentos padronizados dos processos de aplicação de exames/avaliações	– Conceber os parâmetros e procedimentos padronizados para cada tipo de exame e avaliação (suporte) – Gerir o atendimento às demandas excepcionais (suporte)	DGP: CGDA	Suporte
	8.5 Operação logística de aplicação de instrumentos de medida	– Desenvolver e monitorar a logística de aplicação dos exames e avaliações (suporte) – Promover a integração logística para aplicação de provas (suporte) – Gerir os riscos da operação logística (suporte) – Gerir informações referentes à operação logística (suporte)	DGP: CGMIL	Suporte

QUADRO 1A

OBJETOS NÍVEL 1 (ESTRATÉGICOS) E NÍVEL 2 (TÁTICOS) CONSOLIDADOS EM 2024

(continuação)

Objetos Nível 1 (Estratégicos)	Objetos Nível 2 (Táticos)	Objetos de Auditoria do Universo Mapeado em 2022	Macroestruturas Envolvidas	Cadeia de Valor
9 Exame nacional de revalidação de diplomas médicos expedidos por instituição de educação superior estrangeira (Revalida)	9.1 Produção de instrumentos de medida	– Planejar testes (finalístico) – Preparar instrumentos de medida (finalístico) – Aplicar testes (finalístico)	Daes: CGEES e CGGI	Finalístico
	9.2 Correção, análise e divulgação dos resultados da aplicação	– Corrigir testes e analisar resultados (finalístico) – Divulgar desempenho dos participantes (finalístico)	Daes: CGEES e CGGI	Finalístico
	9.3 Gestão e operacionalização da contratação de serviços especializados, gráficos e de aplicação de exames/avaliações	– Gerir a contratação de serviços especializados, gráficos e de aplicação de exames/avaliações (suporte)	DGP: CGGA	Suporte
	9.4 Concepção dos parâmetros e procedimentos padronizados dos processos de aplicação de exames/avaliações	– Conceber os parâmetros e procedimentos padronizados para cada tipo de exame e avaliação (suporte) – Gerir o atendimento às demandas excepcionais (suporte)	DGP: CGDA	Suporte
	9.5 Operação logística de aplicação de instrumentos de medida	– Desenvolver e monitorar a logística de aplicação dos exames e avaliações (suporte) – Promover a integração logística para aplicação de provas (suporte) – Gerir os riscos da operação logística (suporte) – Gerir informações referentes à operação logística (suporte)	DGP: CGMIL	Suporte
10 Sistema nacional de avaliação da educação básica (Saeb)	10.1 Produção de instrumentos de medida	– Planejar testes (finalístico) – Preparar instrumentos de medida (finalístico) – Aplicar testes (finalístico)	Daeb: CGMEB e CGSNAEB	Finalístico
	10.2 Correção, análise e divulgação dos resultados da aplicação	– Corrigir testes e analisar resultados (finalístico) – Divulgar desempenho dos participantes (finalístico)	Daeb: CGMEB e CGSNAEB	Finalístico
	10.3 Gestão e operacionalização da contratação de serviços especializados, gráficos e de aplicação de exames/avaliações	– Gerir a contratação de serviços especializados, gráficos e de aplicação de exames/avaliações (suporte)	DGP: CGGA	Suporte

QUADRO 1A

OBJETOS NÍVEL 1 (ESTRATÉGICOS) E NÍVEL 2 (TÁTICOS) CONSOLIDADOS EM 2024

(continuação)

Objetos Nível 1 (Estratégicos)	Objetos Nível 2 (Táticos)	Objetos de Auditoria do Universo Mapeado em 2022	Macroestruturas Envolvidas	Cadeia de Valor
10 Sistema nacional de avaliação da educação básica (Saeb)	10.4 Concepção dos parâmetros e procedimentos padronizados dos processos de aplicação de exames/avaliações	– Conceber os parâmetros e procedimentos padronizados para cada tipo de exame e avaliação (suporte) – Gerir o atendimento às demandas excepcionais (suporte)	DGP: CGDA	Suporte
	10.5 Operação logística de aplicação de instrumentos de medida	– Desenvolver e monitorar a logística de aplicação dos exames e avaliações (suporte) – Promover a integração logística para aplicação de provas (suporte) – Gerir os riscos da operação logística (suporte) – Gerir informações referentes à operação logística (suporte)	DGP: CGMIL	Suporte
11 Avaliações internacionais: Erce, ICCS, Pirls, Pisa, Timms	11.1 Coordenação das avaliações internacionais: cálculo de amostra, tradução de materiais, mobilização de participantes e elaboração de material de divulgação dos resultados	– Preparar instrumentos de medida (finalístico) – Aplicar testes (finalístico) – Divulgar desempenho dos participantes (finalístico)	Daeb: CGSNAEB e CGEI	Finalístico
	11.2 Gestão das relações internacionais	– Gestão de relações internacionais (governança)	Daeb: CGSNAEB	Governança
	11.3 Gestão e operacionalização da contratação de serviços especializados, gráficos e de aplicação de exames/avaliações	– Gerir a contratação de serviços especializados, gráficos e de aplicação de exames/avaliações (suporte)	DGP: CGGA	Suporte
	11.4 Concepção dos parâmetros e procedimentos padronizados dos processos de aplicação de exames/avaliações	– Conceber os parâmetros e procedimentos padronizados para cada tipo de exame e avaliação (suporte) – Gerir o atendimento às demandas excepcionais (suporte)	CGDA	Suporte
	11.5 Operação logística de aplicação de instrumentos de medida	– Desenvolver e monitorar a logística de aplicação dos exames e avaliações (suporte) – Promover a integração logística para aplicação de provas (suporte) – Gerir os riscos da operação logística (suporte) – Gerir informações referentes à operação logística (suporte)	CGMIL	Governança

QUADRO 1A

OBJETOS NÍVEL 1 (ESTRATÉGICOS) E NÍVEL 2 (TÁTICOS) CONSOLIDADOS EM 2024

(continuação)

Objetos Nível 1 (Estratégicos)	Objetos Nível 2 (Táticos)	Objetos de Auditoria do Universo Mapeado em 2022	Macroestruturas Envolvidas	Cadeia de Valor
12 Avaliação in loco	12.1 Gestão do banco de especialistas da avaliação in loco	– Gerir banco de dados de especialistas (finalístico)	Daes: CGAV	Finalístico
	12.2 Produção e aplicação de instrumentos de coleta, tratamento e homologação de dados	– Planejar os indicadores de qualidade dos instrumentos (finalístico) – Coletar insumos e informações (finalístico) – Consolidar, homologar os dados (finalístico)	Daes: CGAV	Finalístico
13 Acreditação de cursos – sistema Arcu-Sul	13.1 Operacionalização do sistema Arcu-Sul (conforme as competências estabelecidas no art. 6º da Portaria MEC nº 94/2022)	– Preparar instrumentos de medida (finalístico) – Aplicar testes (finalístico) – Divulgar desempenho dos participantes (finalístico)	Daes: CGGI	Finalístico
14 Disseminação e preservação de informações educacionais (inclui linha editorial)	14.1 Disseminação de dados, informações, evidências, estudos e pesquisas educacionais	– Disseminar dados, informações, evidências, estudos e pesquisas educacionais (finalístico)	Dired: CGEP	Finalístico
	14.2 Planejamento e coordenação de atividades de biblioteca, arquivo histórico e acesso a dados protegidos	– Disseminar dados, informações, evidências, estudos e pesquisas educacionais (finalístico) – Gestão documental (suporte)	Dired: CGDI	Finalístico e Suporte
15 Estudos e pesquisas educacionais	15.1 Planejamento, elaboração e divulgação de estudos e pesquisas educacionais	– Elaborar metodologia de pesquisa (finalístico) – Desenvolver estudos e pesquisas educacionais (finalístico) – Processar dados (finalístico) – Analisar dados (finalístico) – Monitorar os planos nacionais de educação (finalístico) – Identificar necessidades de dados e informações (finalístico) – Estruturar diretrizes para coleta, tratamento e disseminação das informações (finalístico) – Desenvolver iniciativas de avaliação do sistema educacional (finalístico)	Dired: CGEE	Finalístico

QUADRO 1A

OBJETOS NÍVEL 1 (ESTRATÉGICOS) E NÍVEL 2 (TÁTICOS) CONSOLIDADOS EM 2024

(conclusão)

Objetos Nível 1 (Estratégicos)	Objetos Nível 2 (Táticos)	Objetos de Auditoria do Universo Mapeado em 2022	Macroestruturas Envolvidas	Cadeia de Valor
16 Censo escolar	16.1 Planejamento e produção de instrumentos de coleta de dados	– Identificar necessidades de dados e informações (finalístico) – Estruturar diretrizes para coleta, tratamento e disseminação das informações (finalístico) – Desenvolver iniciativas de avaliação do sistema educacional (finalístico) – Elaborar metodologia de pesquisa (finalístico) – Construir instrumentos (finalístico) – Coletar dados (finalístico)	CGCEB, CGCEB, CGCES	Finalístico
	16.2 Análise e divulgação dos dados coletados	– Processar dados (finalístico) – Analisar dados (finalístico)	CGCEB, CGCEB, CGCES	Finalístico
17 Censo da educação superior	17.1 Planejamento e produção de instrumentos de coleta de dados	– Identificar necessidades de dados e informações (finalístico) – Estruturar diretrizes para coleta, tratamento e disseminação das informações (finalístico) – Desenvolver iniciativas de avaliação do sistema educacional (finalístico) – Elaborar metodologia de pesquisa (finalístico) – Construir instrumentos (finalístico) – Coletar dados (finalístico)	CGCEB, CGCEB, CGCES	Finalístico
	17.2 Análise e divulgação dos dados coletados	– Processar dados (finalístico) – Analisar dados (finalístico)	CGCEB, CGCEB, CGCES	Finalístico
18 Banco nacional de itens (BNI)	18.1 Gestão do banco de Banco Nacional de Itens	– Gerir banco nacional de itens (finalístico)	Daeb: CGEI; Daes: CGENADE	Finalístico
19 Rede nacional de certificadores (RNC)	19.1 Gestão da Rede Nacional de Certificadores (RNC)	– Desenvolver e monitorar a logística de aplicação dos exames e avaliações (suporte) – Gerir os riscos da operação logística (suporte)	DGP: CGMIL	Suporte

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIOS DOS OBJETOS AUDITÁVEIS

Questionário de avaliação de riscos para priorização dos trabalhos de auditoria (Objetos de Auditoria Nível 1 – Estratégicos)

Objetivo: Este questionário destina-se a obter a percepção dos Diretores(as) do Inep quanto aos fatores de risco relacionados aos objetos de auditoria de caráter estratégico sob a responsabilidade de suas respectivas unidades. Estes objetos estão vinculados às principais linhas de atuação do Inep (Enem, Enade, Saeb, Censo etc.) e às áreas essenciais de gestão e governança da instituição. É importante que as respostas sejam fornecidas com base na análise criteriosa e fidedigna do objeto descrito a seguir.

Unidade: [Nome da Unidade]

Objeto de auditoria: [Descrição do Objeto de Auditoria Nível 1]

Macroprocessos relacionados a esse objeto de auditoria:

- [Descrição do Macroprocesso 1]
- [Descrição do Macroprocesso 2]

[...]

Finalidade das Informações Coletadas: As informações aqui prestadas serão fundamentais para a definição das prioridades nos trabalhos de Auditoria do Inep para o período de 2025 a 2027. O objetivo é agregar maior valor à gestão do Inep, utilizando as contribuições dos dirigentes para aprimorar a eficácia e eficiência das ações institucionais. Ressaltamos que as informações serão utilizadas exclusivamente para fins de planejamento dos trabalhos de auditoria

Instruções Gerais:

- **Análise Técnica**: As respostas devem fundamentar-se em uma análise técnica detalhada do objeto descrito em cada questão.
- **Rigor e Precisão**: A unidade deve preencher o questionário de maneira criteriosa, garantindo que as respostas sejam um retrato fiel da realidade do processo em análise.
- **Seleção Única**: Cada questão exige a escolha de uma única alternativa, embasada na análise técnica do objeto sob responsabilidade da unidade.

QUESTÕES

1 **Risco de Imagem (Risco de Reputação)**: O risco de imagem se refere ao potencial impacto adverso sobre a percepção pública do Inep, resultante de eventos ou ações que possam comprometer sua credibilidade, confiabilidade ou ética. A exposição da Administração Pública, no desempenho de suas funções, impacta

diretamente a percepção do cidadão em relação ao órgão. Quanto maior o impacto do objeto de auditoria na sociedade, maior será o risco de imagem. Avalie e selecione o nível de impacto do risco de imagem correspondente:

( ) **Baixo**: Danos limitados à imagem, com pouca ou nenhuma repercussão pública; situação reversível que não compromete significativamente as operações ou entregas do Inep à sociedade.

( ) **Médio**: Danos moderados à reputação, que podem gerar atenção da mídia e causar impacto limitado à percepção pública; gerenciável mediante respostas rápidas e adequadas do Inep.

( ) **Alto**: Danos graves à imagem, com ampla repercussão midiática e perda de confiança pública, podendo comprometer a sobrevivência e a continuidade do Instituto.

2 **Dependência de Terceiros**: Este fator de risco avalia a vulnerabilidade da unidade decorrente da dependência de parceiros externos, fornecedores ou prestadores de serviços essenciais para a realização de funções críticas ou fornecimento de insumos necessários às operações. A dependência de terceiros pode introduzir riscos significativos, pois qualquer falha desses parceiros pode comprometer diretamente a capacidade operacional do Inep. Selecione o nível de dependência de terceiros:

( ) **Baixo**: Execução realizada diretamente pelo Inep, com eventual apoio de parceiros públicos; mínima dependência de terceiros.

( ) **Médio**: Execução que requer contratação de terceiros para serviços especializados, com múltiplos fornecedores disponíveis para o mesmo insumo ou serviço.

( ) **Alto**: Execução dependente de contratação de terceiros para serviços especializados e críticos, com poucos fornecedores disponíveis para o mesmo serviço ou insumo.

3 **Interesse da Gestão:** O interesse da gestão se refere ao nível de prioridade dado pelo gestor à avaliação ou consultoria sobre o objeto em questão, motivado por fatores como riscos do processo, mudanças legislativas, ou necessidade de melhorias em governança, riscos e controles. A auditoria pode agregar valor significativo ao fornecer uma avaliação independente e sugerir melhorias. Selecione o nível de interesse da gestão:

( ) **Baixo**: Ausência de fatores críticos mencionados e segurança razoável de que os resultados serão atingidos sem a necessidade de auditoria ou consultoria.

( ) **Médio**: Presença de um fator crítico mencionado, com a percepção de que uma avaliação ou consultoria proporcionaria maior segurança para o alcance dos resultados.

( ) **Alto**: Presença de múltiplos fatores críticos mencionados ou outros não listados, com a gestão considerando a auditoria ou consultoria determinante para a obtenção dos resultados desejados.

Questionário de avaliação de riscos para priorização dos trabalhos de auditoria (Objetos de Auditoria Nível 2 - Táticos)

Este questionário tem como objetivo coletar percepções detalhadas sobre os fatores de riscos associados aos objetos de auditoria em nível tático/operacional sob a responsabilidade de sua unidade, tendo como referência os macroprocessos que integram a cadeia de valor do Inep, conforme Plano Estratégico Institucional (PEI 2020-2023).

Para uma abordagem mais precisa e eficaz, os macroprocessos que guarda relação/semelhança foram agregados em um único objeto de auditoria. Dessa forma, é fundamental que a resposta da unidade seja baseada na análise específica dos seguintes objetos:

Unidade: [Nome da Unidade]

Objeto de auditoria: [Descrição do Objeto de Auditoria Nível 2]

Macroprocessos relacionados a esse objeto de auditoria:

- [Descrição do Macroprocesso 1]
- [Descrição do Macroprocesso 2]

[...]

Finalidade das Informações Coletadas: O coordenador(a)-geral deve fornecer uma avaliação precisa e detalhada do estágio atual de cada processo, garantindo uma compreensão abrangente e fiel do objeto em questão. A precisão das respostas é crucial, pois as informações coletadas serão utilizadas para definir as prioridades dos trabalhos de Auditoria para o período de 2025 a 2027, com vistas a agregar maior valor à gestão do Inep, a partir das contribuições recebidas dos dirigentes.

Ressaltamos que as informações apresentadas serão utilizadas exclusivamente para a fins de planejamento dos trabalhos de auditoria.

Instruções Gerais

- Análise Técnica: As respostas devem fundamentar-se em uma análise técnica detalhada do objeto descrito em cada questão.
- Rigor e Precisão: A unidade deve preencher o questionário de maneira criteriosa, garantindo que as respostas sejam um retrato fiel da realidade do processo em análise.
- Seleção Única: Cada questão exige a escolha de uma única alternativa, embasada na análise técnica do objeto sob responsabilidade da unidade.

Instruções Específicas

Responda às questões a seguir considerando os seguintes fatores **de risco relacionados ao objeto de auditoria supracitado**.

Questões

1 **Organização e Estruturação**: A organização e estruturação do processo (objeto de auditoria) implica a definição e institucionalização de um conjunto essencial de instrumentos de gestão, que padronizem o trabalho a ser realizado e forneçam condições para que servidores e colaboradores compreendam claramente suas atribuições e as entregas esperadas. Os instrumentos listados a seguir são exemplos não exaustivos que podem ser considerados na estruturação do processo:

a) Instrução normativa ou equivalente que regule as etapas, atividades, papéis e responsabilidades, critérios, datas, prazos, indicadores de desempenho e resultados;

b) Mapeamento de processos atualizado (fluxos, atividades, regras de negócio, responsáveis, modelos, insumos e produtos);

c) Manuais de procedimentos operacionais atualizados, com orientações práticas, checklists, passo a passo etc.;

d) Sistemas de informação modernos que satisfaçam plenamente os requisitos do processo; e) Monitoramento de resultados por meio de painéis e relatórios gerenciais, com reporte periódico à alta gestão;

f) Capacitações e treinamentos periódicos para uniformizar a aplicação dos instrumentos de gestão. Selecione o nível de organização e estruturação do processo:

( ) **Baixo**: Não mais que dois instrumentos listados estão presentes no processo, não estão atualizados ou não são adotados uniformemente por todos os servidores da unidade.

( ) **Médio**: Pelo menos três instrumentos listados estão presentes no processo, estão atualizados e são aplicados uniformemente pela maioria dos servidores da unidade.

( ) **Alto**: Todos os instrumentos listados estão presentes no processo, estão atualizados e são aplicados uniformemente por todos os servidores da unidade.

2 **Gestão de Riscos**: A gestão de riscos é uma função crítica e indispensável para lidar com as incertezas inerentes ao negócio, proporcionando uma razoável segurança de que os objetivos institucionais serão alcançados. Trata-se do conjunto de procedimentos adotados para identificar, analisar, priorizar, desenvolver ações de tratamento e monitorar continuamente as causas e efeitos dos riscos. Selecione o nível de maturidade da gestão de riscos do processo:

( ) **Baixo**: A unidade realiza gestão de riscos de forma incipiente, sem gestor de riscos designado, sem metodologia formalizada, manual de gestão de riscos, sistema informatizado, painéis gerenciais ou relatórios periódicos de avaliação e reporte. A gestão de riscos não é reconhecida ou aplicada por todos os servidores da unidade.

( ) **Médio**: A unidade não possui um gestor de riscos designado, mas adota uma metodologia formalizada para gestão de riscos, possui uma matriz de riscos com identificação e avaliação (probabilidade e impacto), mas não realiza monitoramento ou desenvolvimento de ações específicas para tratamento (mitigação) dos riscos de forma sistemática. Não utiliza sistemas informatizados, painéis gerenciais ou relatórios de reporte. A gestão de riscos é conhecida pela maior parte dos servidores.

( ) **Alto**: A gestão de riscos está institucionalizada na unidade. Há metodologia e manual de gestão de riscos formalizados, com designação de gestor de riscos. Os riscos são identificados, priorizados e monitorados por meio de sistema informatizado. As ações de tratamento são realizadas sistematicamente e todos os servidores da unidade reconhecem a importância e participam ativamente na gestão de riscos.

3 **Interesse da Gestão**: O interesse da gestão se refere ao nível de prioridade dado pelo gestor à avaliação ou consultoria sobre o objeto em questão, motivado por fatores como riscos do processo, mudanças legislativas, ou necessidade de melhorias em governança, riscos e controles. A auditoria pode agregar valor significativo ao fornecer uma avaliação independente e sugerir melhorias. Selecione o nível de interesse da gestão:

( ) **Baixo**: Ausência de fatores críticos mencionados e segurança razoável de que os resultados serão atingidos sem a necessidade de auditoria ou consultoria.

( ) **Médio**: Presença de um fator crítico mencionado, com a percepção de que uma avaliação ou consultoria proporcionaria maior segurança para o alcance dos resultados.

( ) **Alto**: Presença de múltiplos fatores críticos mencionados ou outros não listados, com a gestão considerando a auditoria ou consultoria determinante para a obtenção dos resultados desejados.

TABELA 1C

RANKING DOS OBJETOS DE AUDITORIA DE NÍVEL 1, A PARTIR DO CÁLCULO DO ÍNDICE DE SIGNIFICÂNCIA DO OBJETO (ISO)

(continua)

Ranking (ISO)	Objetos de Nível 1 (Estratégico)	Fatores de Risco e suas respectivas pontuações atribuídas									
		Risco de Imagem	Dependência de Terceiros	Interesse da Gestão	Lapso Temporal	Comunicações de Cidadãos	Contecioso Jurídico	Recomendações	Avaliação da Audin	Financeiro	Média da Pontuação dos Fatores
1	5. Exame nacional do ensino médio (Enem)	1	0,75	0	0	0,20	0,09	0,41	1,00	1,00	0,49
2	2. Gestão de tecnologia da informação e comunicação	1	1	0,5	0	0,00	0,00	0,29	1,00	0,11	0,43
3	8. Exame nacional de desempenho dos estudantes (Enade)	0,5	0,5	0	0,5	1,00	0,10	0,00	1,00	0,19	0,42
4	9. Exame nacional de revalidação de diplomas médicos expedidos por instituição de educação superior estrangeira (Revalida)	0,25	0,5	0	1	0,39	1,00	0,00	0,50	0,09	0,41
5	10. Sistema nacional de avaliação da educação básica (Saeb)	0,5	0,75	0	0,5	0,03	0,00	0,00	1,00	0,52	0,37
6	12. Avaliação in loco	0,5	0	0	0	0,27	0,02	0,83	1,00	0,16	0,31
7	18. Banco nacional de itens (BNI)	0,5	0,25	0	0	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,31
8	16 Censo escolar	1	1	0	0	0,20	0,03	0,00	0,50	0,01	0,30
9	3. Governança e gestão estratégica	0,5	0,5	0,5	0	0,00	0,00	0,17	1,00	0,03	0,30
10	15. Estudos e pesquisas educacionais	1	0,5	0,5	0	0,00	0,00	0,00	0,50	0,01	0,28
11	17. Censo da educação superior	1	1	0	0	0,00	0,00	0,00	0,50	0,00	0,28
12	6. Exame nacional de certificação de competências de jovens e adultos (Encceja)	0	0,5	0	1	0,02	0,00	0,00	0,50	0,20	0,25
13	1. Comunicação institucional	0,5	0,5	0	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,23
14	14. Disseminação e preservação de informações educacionais (inclui linha editorial)	0,5	0,5	0,5	0,5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,22

TABELA 1C

RANKING DOS OBJETOS DE AUDITORIA DE NÍVEL 1, A PARTIR DO CÁLCULO DO ÍNDICE DE SIGNIFICÂNCIA DO OBJETO (ISO)

(conclusão)

Ranking (ISO)	Fatores de Risco e suas respectivas pontuações atribuídas										
	Objetos de Nível 1 (Estratégico)	Risco de Imagem	Dependência de Terceiros	Interesse da Gestão	Lapso Temporal	Comunicações de Cidadãos	Contecioso Jurídico	Recomendações	Avaliação da Audin	Financeiro	Média da Pontuação dos Fatores
15	4. Gestão administrativa	0	0,5	0	0	0,00	0,02	0,13	1,00	0,17	0,20
16	7. Exame de certificação em Língua Portuguesa (Celpe-Bras)	0	0,25	0	1	0,03	0,00	0,00	0,50	0,00	0,20
17	11. Avaliações internacionais: Erce, ICCS, Pirls, Pisa, Timms	0	0,25	0	1	0,00	0,00	0,00	0,50	0,02	0,20
18	13. Acreditação de cursos – sistema Arcu-Sul	0	0	0	1	0,00	0,00	0,00	0,50	0,00	0,17
19	19. Rede nacional de Certificadores (RNC)	0	0	0	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11

Fonte: Elaboração própria.

TABELA 2C

RANKING DOS OBJETOS DE AUDITORIA DE NÍVEL 2, A PARTIR DO CÁLCULO DO ÍNDICE DE SIGNIFICÂNCIA DO OBJETO (ISO)

(continua)

Ranking (ISO)	Fatores de Risco e suas respectivas pontuações atribuídas									
	Objetos de Nível 2 (Tático)	Objeto de Nível 1 (Estratégico)	Organização e Estruturação	Gestão de Riscos	Interesse da Gestão	Lapso Temporal	Recomendações	Avaliação da Audin	Financeiro	Média da Pontuação dos Fatores
1	12.1 Gestão do banco de especialistas da avaliação in loco	12 Avaliação in loco	1,00	1,00	0,50	0,00	0,86	1,00	0,18	0,65
2	2.2 Desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação	2 Gestão de tecnologia da informação e comunicação	0,67	0,83	0,50	1,00	0,00	1,00	0,06	0,58
3	8.4 Concepção dos parâmetros e procedimentos padronizados dos processos de aplicação de exames/ avaliações	8 Exame nacional de desempenho dos estudantes (Enade)	0,50	1,00	0,50	1,00	0,00	1,00	0,00	0,57
4	10.4 Concepção dos parâmetros e procedimentos padronizados dos processos de aplicação de exames/ avaliações	10 Sistema nacional de avaliação da educação básica (Saeb)	0,50	1,00	0,50	1,00	0,00	1,00	0,00	0,57
5	2.4 Gestão de infraestrutura de TIC	2 Gestão de tecnologia da informação e comunicação	0,63	0,63	0,63	1,00	0,00	1,00	0,05	0,56
6	4.1 Gestão de pessoas	4 Gestão administrativa	1,00	1,00	0,50	0,00	0,70	0,50	0,01	0,53
7	5.1 Produção de instrumentos de medida	Exame nacional do ensino médio (Enem)	0,50	0,50	0,00	1,00	0,67	1,00	0,01	0,53
8	3.3 Gestão de riscos, integridade e ética pública	3 Governança e gestão estratégica	0,50	0,50	0,00	1,00	0,67	1,00	0,00	0,52
9	5.3 Gestão e operacionalização da contratação de serviços especializados, gráficos e de aplicação de exames/ avaliações	5 Exame nacional do ensino médio (Enem)	0,50	0,50	0,50	0,00	0,17	1,00	1,00	0,52
10	10.5 Operação logística de aplicação de exames e avaliações	10 Sistema nacional de avaliação da educação básica (Saeb)	0,50	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,12	0,52

TABELA 2C

RANKING DOS OBJETOS DE AUDITORIA DE NÍVEL 2, A PARTIR DO CÁLCULO DO ÍNDICE DE SIGNIFICÂNCIA DO OBJETO (ISO)

(continuação)

Ranking (ISO)	Fatores de Risco e suas respectivas pontuações atribuídas									
	Objetos de Nível 2 (Tático)	Objeto de Nível 1 (Estratégico)	Organização e Estruturação	Gestão de Riscos	Interesse da Gestão	Lapso Temporal	Recomendações	Avaliação da Audin	Financeiro	Média da Pontuação dos Fatores
11	10.3 Gestão e operacionalização da contratação de serviços especializados, gráficos e de aplicação de exames/ avaliações	10 Sistema nacional de avaliação da educação básica (Saeb)	0,50	0,50	0,50	0,50	0,00	1,00	0,62	0,52
12	8.3 Gestão e operacionalização da contratação de serviços especializados, gráficos e de aplicação de exames/ avaliações	8 Exame nacional de desempenho dos estudantes (Enade)	0,50	0,50	0,50	1,00	0,00	1,00	0,10	0,51
13	8.5 Operação logística de aplicação de instrumentos de medida	8 Exame nacional de desempenho dos estudantes (Enade)	0,50	0,00	1,00	1,00	0,00	1,00	0,03	0,50
14	10.1 Produção de instrumentos de medida	10 Sistema nacional de avaliação da educação básica (Saeb)	1,00	0,50	0,00	1,00	0,00	1,00	0,00	0,50
15	4.3 Gestão orçamentária	4 Gestão administrativa	1,00	1,00	0,50	0,50	0,00	0,50	0,00	0,50
16	5.4 Concepção dos parâmetros e procedimentos padronizados dos processos de aplicação de exames/ avaliações	5 Exame nacional do ensino médio (Enem)	0,50	1,00	0,50	0,50	0,00	1,00	0,00	0,50
17	6.4 Concepção dos parâmetros e procedimentos padronizados dos processos de aplicação de exames/ avaliações	6 Exame nacional de certificação de competências de jovens e adultos (Encceja)	0,50	1,00	0,50	1,00	0,00	0,50	0,00	0,50
18	7.4 Concepção dos parâmetros e procedimentos padronizados dos processos de aplicação de exames/ avaliações	7 Exame de certificação em Língua Portuguesa (Celpe-Bras)	0,50	1,00	0,50	1,00	0,00	0,50	0,00	0,50

TABELA 2C

RANKING DOS OBJETOS DE AUDITORIA DE NÍVEL 2, A PARTIR DO CÁLCULO DO ÍNDICE DE SIGNIFICÂNCIA DO OBJETO (ISO)

(continuação)

Ranking (ISO)	Fatores de Risco e suas respectivas pontuações atribuídas									
	Objetos de Nível 2 (Tático)	Objeto de Nível 1 (Estratégico)	Organização e Estruturação	Gestão de Riscos	Interesse da Gestão	Lapso Temporal	Recomendações	Avaliação da Audin	Financeiro	Média da Pontuação dos Fatores
19	9.4 Concepção dos parâmetros e procedimentos padronizados dos processos de aplicação de exames/ avaliações	9 Exame nacional de revalidação de diplomas médicos expedidos por instituição de educação superior estrangeira (Revalida)	0,50	1,00	0,50	1,00	0,00	0,50	0,00	0,50
20	11.4 Concepção dos parâmetros e procedimentos padronizados dos processos de aplicação de exames/ avaliações	11 Avaliações internacionais: Erce, ICCS, Pirls, Pisa, Timms	0,50	1,00	0,50	1,00	0,00	0,50	0,00	0,50
21	12.2 Produção e aplicação de instrumentos de coleta, tratamento e homologação de dados	1 Avaliação in loco	0,50	0,50	0,50	0,00	0,80	1,00	0,18	0,50
22	10.2 Correção, análise e divulgação dos resultados da aplicação	10 Sistema nacional de avaliação da educação básica (Saeb)	0,75	0,75	0,25	1,00	0,00	0,50	0,00	0,46
23	18.1 Gestão do banco de Banco Nacional de Itens	18 Banco nacional de itens (BNI)	0,50	0,50	0,25	0,00	1,00	1,00	0,00	0,46
24	4.2 Gestão da logística pública	4 Gestão administrativa	0,50	0,50	0,50	0,50	0,00	1,00	0,23	0,46
25	5.5 Operação logística de aplicação de instrumentos de medida	5 Exame nacional do ensino médio (Enem)	0,50	0,00	1,00	0,00	0,29	1,00	0,41	0,46
26	6.3 Gestão e operacionalização da contratação de serviços especializados, gráficos e de aplicação de exames/ avaliações	6 Exame nacional de certificação de competências de jovens e adultos (Encceja)	0,50	0,50	0,50	1,00	0,00	0,50	0,20	0,46
27	9.3 Gestão e operacionalização da contratação de serviços especializados, gráficos e de aplicação de exames/ avaliações	9 Exame nacional de revalidação de diplomas médicos expedidos por instituição de educação superior estrangeira (Revalida)	0,50	0,50	0,50	1,00	0,00	0,50	0,11	0,44

TABELA 2C

RANKING DOS OBJETOS DE AUDITORIA DE NÍVEL 2, A PARTIR DO CÁLCULO DO ÍNDICE DE SIGNIFICÂNCIA DO OBJETO (ISO)

(continuação)

Ranking (ISO)	Fatores de Risco e suas respectivas pontuações atribuídas										
	Objetos de Nível 2 (Tático)	Objeto de Nível 1 (Estratégico)	Organização e Estruturação	Gestão de Riscos	Interesse da Gestão	Lapso Temporal	Recomendações	Avaliação da Audin	Financeiro	Média da Pontuação dos Fatores
28	6.5 Operação logística de aplicação de instrumentos de medida	6 Exame nacional de certificação de competências de jovens e adultos (Encceja)	0,50	0,00	1,00	1,00	0,00	0,50	0,09	0,44
29	1.2 Gestão da comunicação interna e institucional	1 Comunicação institucional	1,00	0,50	0,50	1,00	0,03	0,00	0,05	0,44
30	11.3 Gestão e operacionalização da contratação de serviços especializados, gráficos e de aplicação de exames/ avaliações	11 Avaliações internacionais: Erce, ICCS, Pirls, Pisa, Timms	0,50	0,50	0,50	1,00	0,00	0,50	0,03	0,43
31	2.3 Gestão da segurança da Informação e comunicações	2 Gestão de tecnologia da informação e comunicação	0,63	0,75	0,63	0,00	0,00	1,00	0,02	0,43
32	9.5 Operação logística de aplicação de instrumentos de medida	9 Exame nacional de revalidação de diplomas médicos expedidos por instituição de educação superior estrangeira (Revalida)	0,50	0,00	1,00	1,00	0,00	0,50	0,01	0,43
33	6.2 Correção, análise e divulgação dos resultados da aplicação	6 Exame nacional de certificação de competências de jovens e adultos (Encceja)	0,50	0,75	0,25	1,00	0,00	0,50	0,01	0,43
34	7.3 Gestão e operacionalização da contratação de serviços especializados, gráficos e de aplicação de exames/ avaliações	7 Exame de certificação em Língua Portuguesa (Celpe-Bras)	0,50	0,50	0,50	1,00	0,00	0,50	0,00	0,43
35	7.2 Correção, análise e divulgação dos resultados da aplicação	7 Exame de certificação em Língua Portuguesa (Celpe-Bras)	0,50	0,75	0,25	1,00	0,00	0,50	0,00	0,43
36	7.5 Operação logística de aplicação de instrumentos de medida	7 Exame de certificação em Língua Portuguesa (Celpe-Bras)	0,50	0,00	1,00	1,00	0,00	0,50	0,00	0,43

TABELA 2C

RANKING DOS OBJETOS DE AUDITORIA DE NÍVEL 2, A PARTIR DO CÁLCULO DO ÍNDICE DE SIGNIFICÂNCIA DO OBJETO (ISO)

(continuação)

Ranking (ISO)	Fatores de Risco e suas respectivas pontuações atribuídas									
	Objetos de Nível 2 (Tático)	Objeto de Nível 1 (Estratégico)	Organização e Estruturação	Gestão de Riscos	Interesse da Gestão	Lapso Temporal	Recomendações	Avaliação da Audin	Financeiro	Média da Pontuação dos Fatores
37	14.2 Planejamento e coordenação de atividades de biblioteca, arquivo histórico e acesso a dados protegidos	14 Disseminação e preservação de informações educacionais (inclui linha editorial)	0,50	1,00	0,50	1,00	0,00	0,00	0,00	0,43
38	3.1 Planejamento e gestão estratégica	3 Governança e gestão estratégica	0,50	0,50	0,50	0,50	0,00	1,00	0,00	0,43
39	11.5 Operação logística de aplicação de instrumentos de medida	11 Avaliações internacionais: Erce, ICCS, Pirls, Pisa, Timms	0,50	0,00	1,00	1,00	0,00	0,50	0,00	0,43
40	8.1 Produção de instrumentos de medida	8 Exame nacional de desempenho dos estudantes (Enade)	0,50	0,50	0,25	0,50	0,00	1,00	0,14	0,41
41	8.2 Correção, análise e divulgação dos resultados da aplicação	8 Exame nacional de desempenho dos estudantes (Enade)	0,50	0,50	0,25	1,00	0,00	0,50	0,14	0,41
42	17.1 Planejamento e produção de instrumentos de coleta de dados	17 Censo da educação superior	0,50	0,50	0,33	1,00	0,00	0,50	0,00	0,40
43	9.1 Produção de instrumentos de medida	9 Exame nacional de revalidação de diplomas médicos expedidos por instituição de educação superior estrangeira (Revalida)	0,50	0,50	0,25	1,00	0,00	0,50	0,00	0,39
44	9.2 Correção, análise e divulgação dos resultados da aplicação	9 Exame nacional de revalidação de diplomas médicos expedidos por instituição de educação superior estrangeira (Revalida)	0,50	0,50	0,25	1,00	0,00	0,50	0,00	0,39
45	11.2 Gestão das relações internacionais	11 Avaliações internacionais: Erce, ICCS, Pirls, Pisa, Timms	0,50	0,75	0,00	1,00	0,00	0,50	0,00	0,39

TABELA 2C

RANKING DOS OBJETOS DE AUDITORIA DE NÍVEL 2, A PARTIR DO CÁLCULO DO ÍNDICE DE SIGNIFICÂNCIA DO OBJETO (ISO)

(continuação)

Ranking (ISO)	Fatores de Risco e suas respectivas pontuações atribuídas									
	Objetos de Nível 2 (Tático)	Objeto de Nível 1 (Estratégico)	Organização e Estruturação	Gestão de Riscos	Interesse da Gestão	Lapso Temporal	Recomendações	Avaliação da Audin	Financeiro	Média da Pontuação dos Fatores
46	11.1 Coordenação das avaliações internacionais: cálculo de amostra, tradução de materiais, mobilização de participantes e elaboração de material de divulgação dos resultados.	11 Avaliações internacionais: Erce, ICCS, Pirls, Pisa, Timms	0,75	0,50	0,00	1,00	0,00	0,50	0,00	0,39
47	6.1 Produção de instrumentos de medida	6 Exame nacional de certificação de competências de jovens e adultos (Encceja)	0,50	0,50	0,00	1,00	0,00	0,50	0,01	0,36
48	7.1 Produção de instrumentos de medida	7 Exame de certificação em Língua Portuguesa (Celpe-Bras)	0,50	0,50	0,00	1,00	0,00	0,50	0,00	0,36
49	3.2 Modernização organizacional	3 Governança e gestão estratégica	0,50	0,75	0,25	0,00	0,00	1,00	0,00	0,36
50	13.1 Operacionalização do sistema Arcu-Sul (conforme as competências estabelecidas no art. 6º da Portaria MEC nº 94/2022)	13 Acreditação de cursos – sistema Arcu-Sul	0,50	0,50	0,00	1,00	0,00	0,50	0,00	0,36
51	2.1 Governança e gestão de TIC	2 Gestão de tecnologia da informação e comunicação	0,50	0,50	0,50	0,00	0,36	0,50	0,02	0,34
52	1.1 Gestão da comunicação com cidadãos	1 Comunicação institucional	0,00	0,50	0,50	1,00	0,00	0,00	0,01	0,29
53	5.2 Correção, análise e divulgação dos resultados da aplicação	5 Exame nacional do ensino médio (Enem)	0,50	0,75	0,25	0,00	0,00	0,50	0,01	0,29
54	14.1 Disseminação dados, informações, evidências, estudos e pesquisas educacionais	14 Disseminação e preservação de informações educacionais (inclui linha editorial)	0,50	1,00	0,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,29

TABELA 2C

RANKING DOS OBJETOS DE AUDITORIA DE NÍVEL 2, A PARTIR DO CÁLCULO DO ÍNDICE DE SIGNIFICÂNCIA DO OBJETO (ISO)

(conclusão)

Ranking (ISO)	Fatores de Risco e suas respectivas pontuações atribuídas									
	Objetos de Nível 2 (Tático)	Objeto de Nível 1 (Estratégico)	Organização e Estruturação	Gestão de Riscos	Interesse da Gestão	Lapso Temporal	Recomendações	Avaliação da Audin	Financeiro	Média da Pontuação dos Fatores
55	16.1 Planejamento e produção de instrumentos de coleta de dados	16 Censo escolar	0,50	0,50	0,33	0,00	0,00	0,50	0,01	0,26
56	16.2 Análise e divulgação dos dados coletados	16 Censo escolar	0,50	0,50	0,33	0,00	0,00	0,50	0,01	0,26
57	17.2 Análise e divulgação dos dados coletados	17 Censo da educação superior	0,50	0,50	0,33	0,00	0,00	0,50	0,00	0,26
58	15.1 Planejamento, elaboração e divulgação de estudos e pesquisas educacionais	15 Estudos e pesquisas educacionais	0,50	0,50	0,00	0,00	0,00	0,50	0,00	0,21
59	19.1 Gestão da Rede Nacional de Certificadores (RNC)	19 Rede nacional de Certificadores (RNC)	0,00	0,00	0,50	0,00	0,00	0,50	0,00	0,14
60	3.4 Controles internos	3 Governança e gestão estratégica	0,17	0,33	0,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,12

Fonte: Elaboração própria.

BY-NC
VENDA PROIBIDA

INEP
MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO